

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**CONCEPÇÃO DE ESTUDO PRESENTE NO
RATIO STUDIORUM**

MARCOS DESAN SCOPINHO

**PIRACICABA, SP
2010**

CONCEPÇÃO DE ESTUDO PRESENTE NO RATIO STUDIORUM

MARCOS DESAN SCOPINHO

ORIENTADOR: PROF. DR. JOSÉ MARIA DE PAIVA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

**PIRACICABA, SP
2010**

BANCA EXAMINADORA**Prof. Dr. JOSÉ MARIA DE PAIVA
(Orientador)****Prof. Dr. ELIAS BOAVENTURA –
UNIMEP****Prof^a Dr^a MARISA BITTAR –
UFSCAR**

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.”

Índice:

Introdução	05
Capítulo 1 – Processo Histórico: Do Século XI ao XVI	
1.1. Processo de Organização Mercantil.....	09
1.2. O Mercantil e o Religioso	13
Capítulo 2 – O Ratio Studiorum	
2.1. Inácio de Loyola	21
2.2. Elaboração do Ratio Studiorum.....	28
Capítulo 3 – O Estudo no Ratio Studiorum - Como o Aluno Estuda	
3.1. Organização Administrativa do Ratio Studiorum	32
3.2. Valorização do Estudo	35
3.3. Virtudes dos Estudantes.....	40
3.4. Conteúdos do Estudo	48
3.5. Metodologia dos Estudos	54
3.5.1. Exercícios em Sala de Aula.....	56
3.5.2. Emulação	57
3.5.3. Prêmios	62
3.5.4. Academias.....	66
3.5.5. Estudo Privado	68
3.5.6. Preleção	71
3.5.7. Teatro	76
Considerações Finais	78
Referências Bibliográficas	84

RESUMO

Este estudo fez uma análise textual do documento pedagógico dos jesuítas denominado *Ratio Studiorum*, promulgado pela Companhia de Jesus em janeiro de 1599 depois de um processo de elaboração de aproximadamente 50 anos. O objetivo da análise foi revelar, a partir do documento, uma concepção de estudo.

Obra com regras práticas sobre a ação pedagógica e que uniformiza o trabalho pedagógico de todos os envolvidos nos colégios jesuítas, revela através de suas regras, uma concepção de estudo que caracteriza o período quinhentista da Europa Ocidental.

Considerando, portanto, o vínculo do *Ratio Studiorum* com o seu contexto de origem, realizou-se inicialmente neste trabalho, um resgate histórico do processo de organização mercantil e, em seguida, sua decorrência cultural, em especial, na Igreja Católica. Na seqüência, foi exposto o processo de elaboração do *Ratio Studiorum*.

Com o capítulo 3, revelou-se uma concepção de estudo das escolas jesuítas, tendo por referência algumas características presentes no *Ratio Studiorum*, tais como: a valorização do estudo, as virtudes dos estudantes, os conteúdos do estudo e a metodologia do estudo.

Concluiu-se este trabalho com algumas considerações evidenciando alguns aspectos que se entende, sejam significativos na pedagogia dos jesuítas.

Palavras-chave: Estudo – Ratio Studiorum – Educação.

INTRODUÇÃO

“Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência”.¹

O que se deseja com este trabalho é apresentar a proposta de estudo da Companhia de Jesus, presente no seu documento dedicado à ação pedagógica, o *Ratio Studiorum*. De início, porém, deve-se dizer que, embora o primeiro capítulo procure contextualizar o documento pedagógico elaborado no século XVI pelos jesuítas, facilitando ao leitor situar o texto do documento no seu contexto, o propósito do trabalho como um todo *não* está em fazer uma *crítica histórica*, mas sim uma *análise textual*. Sabe-se, no entanto, que ao se tratar da Educação em qualquer período histórico jamais se poderá fazê-lo sem se considerar a sociedade em que ela está inserida, já que a Educação é sabidamente um ato social e, portanto, ligada à atividade econômica, social, política e cultural de sua época.

Em especial, o século XVI, período do nascimento da Companhia de Jesus e da elaboração do *Ratio Studiorum*, foi marcado por uma série de profundas transformações na Europa. A transição de uma economia de subsistência e auto-suficiente para uma economia monetária e de mercado, de uma sociedade rural e estamental para uma sociedade urbana, de classes e de uma política fragmentada para um Estado Nacional centralizado, assinalou na ordem econômica, social e política a transição complexa da Idade Média para os tempos modernos.

No campo religioso, a Igreja passaria pela maior crise de sua história resultante de uma série de fatores que contribuiria para uma nova proposta religiosa e resgate de sua credibilidade, desgastada pelos seus próprios limites internos, mas também pela necessidade de responder às novas necessidades ideológicas de um mundo cada vez mais determinado pela expansão mercantil.

Neste contexto, além da Reforma Protestante² como grande acontecimento religioso, ocorrem no interior da Igreja Católica, propostas de

¹ MARX; ENGELS, 1977, p. 37.

² A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão do século XVI iniciado por Martinho Lutero, que protestou contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica,

reformas religiosas que optaram por permanecer sob liderança papal, mas com o objetivo de dar uma resposta à necessidade de mudanças. É com este propósito que deve ser entendido o surgimento da Companhia de Jesus e sua atuação, seja nas missões ou na Educação. Nasce liderada por seu criador, Inácio de Loyola para auxiliar na Reforma Católica contra a infidelidade do Novo Mundo, contra o cisma, as heresias, a ignorância do clero e a própria corrupção muito presente dentro da Igreja.

Nessa perspectiva, tentando compreender historicamente o nascimento da Companhia de Jesus e para uma melhor compreensão da proposta pedagógica dos jesuítas, é que se propõe no capítulo 1 uma explanação histórica a partir de uma leitura econômica³ do século XI até o século XVI.

Neste percurso pretende-se demonstrar o processo de desestruturação de uma sociedade marcada por uma economia doméstica rumo à construção de uma nova economia mercantil, com decorrências não só no econômico, mas também nos âmbitos social, político e cultural.

De posse deste histórico que passa pela organização do comércio e suas repercussões, propõe-se ainda, dentro deste capítulo, uma análise mais específica da influência do processo de desenvolvimento mercantil no âmbito religioso. Ciente do poder da Igreja Católica, propõe-se, uma reflexão das interferências do mercantil no imaginário religioso e as reações e assimilações da instituição Igreja Católica diante deste novo contexto econômico, culminando no século XVI, com uma cultura que explica a elaboração do Concílio de Trento e sua proposta para um novo modelo de Igreja, fundamental para se compreender de maneira mais precisa, a Companhia de Jesus e a proposta pedagógica presente e sintetizada no *Ratio Studiorum*.

No capítulo 2, de maneira mais específica, trata-se da elaboração do documento pedagógico dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*. Discorre-se sobre o processo de elaboração do documento com o objetivo de demonstrar que o *Ratio Studiorum* não é resultado da vontade de apenas algumas lideranças

propondo uma reforma no catolicismo. Embora seja reconhecida como acontecimento fundamental para a transformação da religiosidade cristã, ao citar a Reforma Protestante, não se deseja colocá-la em discussão, mas sim evidenciar que aconteceram outros movimentos de reforma dentro da própria Igreja Católica.

³ Para alcançar este propósito utiliza-se como fonte o historiador Léo Huberman, de matriz teórica marxista, sem, no entanto, desprezar contribuições de historiadores de outras matrizes teóricas, como é o caso de Delumeau, Duby, Le Goff e outros.

jesuítas, mas da construção processual de inúmeras experiências realizadas ao longo de cinquenta anos, tendo como referência os mais diversos colégios da Companhia espalhados pela Europa. Entretanto, diante do fato de que a Companhia de Jesus não pode ser separada da própria história do seu fundador, entende-se oportuno e necessário uma breve introdução da biografia de Inácio de Loyola e uma alusão a duas de suas obras fundamentais para a História da Companhia de Jesus e que terão influência decisiva na pedagogia jesuítica. Trata-se dos “Exercícios Espirituais”, tido como o primeiro magistério da Ordem e das “Constituições”, que carrega no seu capítulo IV, aquilo que seria uma prévia do *Ratio Studiorum*.

Já no capítulo 3, discorre-se sobre a concepção de estudo presente no documento *Ratio Studiorum*. Para se alcançar este objetivo, o capítulo foi dividido em subitens. No primeiro item, busca-se esclarecer o valor do estudo na Europa do século XVI. Diante das grandes transformações, procura-se entender o valor que era dado ao estudo e, conseqüentemente, aos colégios naquele período, na Europa. Na seqüência, apresenta-se um perfil dos estudantes da Companhia de Jesus. Naquele contexto, quais seriam as virtudes dos alunos para que pudessem fazer parte dos colégios dos jesuítas e, portanto, darem o retorno esperado pelos superiores das escolas. Em seguida, propõe-se fazer uma exposição mais detalhada, passando pelos conteúdos sugeridos pelos jesuítas e que estão discriminados no documento, tanto dos Cursos Inferiores como dos Cursos Superiores. No item seguinte, trata-se de uma das mais interessantes partes do *Ratio Studiorum*, pois se refere à metodologia proposta pelos jesuítas: o tempo de estudo a que deve se submeter o aluno, a maneira como o professor ministra e administra suas aulas, os exercícios propostos durante as aulas e fora delas, os estímulos para que os alunos estejam sempre atentos e interessados nos conteúdos e as obrigações a que são submetidos, para que possam alcançar os resultados esperados pelos seus superiores. Finalmente, conclui-se o capítulo demonstrando a preocupação dos jesuítas com a formação do professor, já que este aparece como figura de destaque na execução da metodologia proposta pelo *Ratio Studiorum*.

Observa-se, portanto, que a Companhia de Jesus e sua obra pedagógica estão alicerçadas em um contexto cultural que culmina com uma

série de características que representam e expressam a cultura de uma época. A seriedade, o rigor, a disciplina, a organização, o respeito à hierarquia, são elementos presentes desde a fundação da Companhia e estão enraizadas numa proposta pedagógica que deixou marcas profundas na História da Educação. Não se trata, portanto, de juízo de valor, mas sim de realçar algumas características que marcaram a Companhia de Jesus, resultantes de um contexto histórico e cultural que justifica a linha de conduta e o conteúdo curricular das escolas organizadas e dirigidas pelos jesuítas.

Concluindo este trabalho, faz-se algumas considerações reforçando a necessidade de se ler o documento, *Ratio Studiorum*, respeitando a atuação dos jesuítas dentro do contexto histórico da época, evitando assim, um olhar anacrônico e preconceituoso. Considerando, portanto, o contexto histórico que deu origem ao *Ratio Studiorum*, entende-se que a análise do texto do documento pode contribuir para uma reflexão contemporânea da Educação.

CAPÍTULO 1

PROCESSO HISTÓRICO: DO SÉCULO XI AO XVI

1.1. PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO MERCANTIL

No início da Idade Média⁴ a economia transcorria sem a utilização de capital. O dinheiro era escasso, os pesos e medidas não tinham uma padronização única. As relações sociais eram profundamente marcadas pela mentalidade cristã de acordo com as funções estabelecidas para cada estamento, determinadas da seguinte maneira: aos nobres era atribuída a função de defender a sociedade, aos clérigos a função de rezarem por ela e aos servos a função de sustentarem a sociedade com seu trabalho.

O historiador Hilário FRANCO JR., ilustra essa visão de sociedade compreendida como corpo social quando reproduz a fala do Bispo medieval Adalberon de Laon, século XI, que representa perfeitamente a ideológica distribuição social expressa pela Igreja:

“O domínio da fé é uno, mas há um triplo estatuto na Ordem. A lei humana impõe duas condições: o nobre e o servo não estão submetidos ao mesmo regime. Os guerreiros são protetores das igrejas. Eles defendem os poderosos e os fracos, protegem todo mundo, inclusive a si próprios. Os servos, por sua vez, têm outra condição. Esta raça de infelizes não tem nada sem sofrimento. Fornecer alimentos e vestimenta a todos: eis a função do servo. A casa de Deus, que parece uma é, portanto, tripla: uns rezam, outros combatem e outros trabalham. Todos os três formam um conjunto e não se separam: a obra de uns permite o trabalho

⁴ Compreende-se idade média a partir da divisão tradicional ocidental da História, período que vai do século V ao XV.

dos outros dois e cada qual por sua vez presta apoio aos outros".⁵

Mas a partir do século XI, a Europa passará a viver um processo de transformação comercial nunca visto até então e que levará a profundas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais que marcarão definitivamente os séculos seguintes.

Léo HUBERMAN (1986) destaca que as *Cruzadas*⁶ irão contribuir de maneira decisiva para que essas transformações ocorram, provocando um novo ímpeto ao comércio e criando novas relações mercantis até então inexistentes.

No mar do Norte e do Báltico, a intensificação das relações comerciais provocará o surgimento de centros comerciais importantes, como é o caso da cidade de Bruges, elo comercial entre a Europa e o Oriente. Grandes feiras passarão a acontecer periodicamente com a movimentação de mercadores, fazendo com que o comércio cresça e se torne cada vez mais estável em regiões da Europa, como são os casos, por exemplo, da Inglaterra, da França, da Alemanha e da Itália. Todo este desenvolvimento comercial intenso trará consigo profundas transformações e uma inevitável reforma da economia, até então baseada nas trocas, para uma economia baseada no dinheiro.

Segundo HUBERMAN (1986), leis até então baseadas nos costumes, vão se modificando e sendo adaptadas a uma economia mais dinâmica, obrigando os mercadores a se organizarem em corporações e a lutarem pela liberdade das terras, além de buscarem estabelecer seus próprios tribunais com uma legislação mais adequada às novas necessidades comerciais. Ao mercador caberia, portanto, além de conhecer a nova legislação, obedecer às leis e regulamentos estabelecidos pelas corporações.

As associações criadas pelos mercadores vão se tornando cada vez mais poderosas graças à importância que representam para a expansão dos mercados. Como um exemplo dessas associações, surge a Liga Hanseática, na Alemanha, que chegou a contar em determinado momento com

⁵ FRANCO, 1999, p. 72.

⁶ Cruzadas – O Movimento Cruzadista geralmente é definido pelos historiadores como uma série de expedições armadas realizadas pelos Cristãos contra os muçulmanos.

aproximadamente 100 cidades, o que representava naquela ocasião, o monopólio do comércio de todo norte da Europa com o resto do mundo.

Esse intenso desenvolvimento comercial irá trazer grandes transformações econômicas que, no entanto, não ficarão restritas somente ao âmbito econômico. Georges DUBY⁷ (1988), historiador medievalista afirma que a expansão comercial irá subverter a ordem das coisas, trazendo grandes repercussões em todo o edifício cultural.

Um exemplo dessas repercussões pode ser observado nas relações sociais que passaram a ser marcadas pelo individualismo e que irá se consolidar de maneira definitiva no século XVI. Segundo DUBY (1988), o próprio sentimento religioso vai perdendo a sua característica comunitária e coletiva, para uma religião mais individualista voltada agora para uma relação mais pessoal com Deus.

Outra característica importante e que expressa uma adequação às novas necessidades comerciais será a exigência da *Disciplina*, imprescindível para uma organização profissional do comerciante. O comércio exigirá a disciplina para que os negócios aconteçam de forma planejada. Na busca do lucro, o comerciante não poderá cometer erros. Para isso deve estar alicerçado por uma racionalidade que restrinja o máximo possível o erro. Sua ação deverá ser calculada, planejando cada passo a ser dado. Suas ações e seu pensar deverão estar submetidos a uma lógica racional que viabilize o lucro e evite o erro. Nesse sentido, a organização profissional baseada nessa racionalidade calculada, deverá ser uma prática constante na vida do comerciante.

E se a disciplina passa a ser uma característica fundamental para o desenvolvimento do comércio, decorre da disciplina outra característica que vai se tornando parte inerente da vida do homem moderno da Europa Ocidental: trata-se da *Obediência*. Este homem vai perdendo processualmente o sentimento de pertença de um corpo social para se integrar a uma nova exigência social centrada em interesses que vão ao encontro dos interesses do próprio mercado. O mercador, fazendo parte agora de uma corporação ou

⁷ Embora de outra matriz teórica, o historiador especialista no período medieval, fundamenta as modificações culturais decorrentes das transformações econômicas explicitadas por Léo Huberman. Destaca-se que Duby realça as modificações culturais ocorridas em especial no campo religioso, e que serão discutidas no item 1.2. deste capítulo.

associação, terá que seguir as novas leis e regulamentos estabelecidos por estas associações.

É neste contexto que se deve compreender o processual aparecimento da organização política que vai se consolidando na modernidade, culminando com a formação do Estado absolutista. Embora ainda buscando equilibrar os jogos de interesses de uma nobreza que deseja conservar seus privilégios, o Estado moderno terá uma contribuição fundamental ao aliar-se com a burguesia nos seus interesses de expandir os mercados para o resto do mundo. Também na política, caracterizada pela centralização do poder, pelo controle das leis e pela eficiência nas ações, a obediência irá se tornar um valor fundamental ao homem moderno ocidental.

Nota-se, portanto, que com o desenvolvimento do comércio, antigos conceitos, como a disciplina e a obediência, são retomados segundo novos anseios, agora adequados aos desejos de uma sociedade mercantil. Tem-se a oportunidade de observar como conceitos tão presentes numa sociedade de ordens, como era a sociedade medieval, foram incorporados a uma nova sociedade mercantil e, por sua vez, foram fazendo parte de um ideário do homem moderno ocidental e, por decorrência, da proposta pedagógica expressa no *Ratio Studiorum*.

No caso da Companhia de Jesus e, especificamente na sua proposta pedagógica, a disciplina e a obediência aparecem como princípios práticos decorrentes de um princípio maior que é o da hierarquia. A estrutura dos colégios jesuítas está toda ela fundada sobre este princípio, tendo como correspondentes a obediência e a disciplina. Essa concepção de respeito à hierarquia resultou num modelo de Educação onde sua forma procede e se identifica com o poder hierárquico. A hierarquia, a disciplina e a obediência são, portanto, para os jesuítas formas tão importantes quanto os conteúdos para se alcançar o fim último proposto pelos educadores jesuítas. De nada valeriam as letras, se não existissem o respeito à hierarquia, à obediência e a disciplina.

1.2. O MERCANTIL E O RELIGIOSO

Afirmou-se, anteriormente, que o desenvolvimento do comércio trará significativas transformações e repercussões não só para a economia, mas também para a sociedade, para a política e para a cultura. A Companhia de Jesus é o retrato deste período. Ao ser criada no século XVI, nasceu em uma época em que se misturavam elementos tradicionais com novas experiências ligadas ao processo de expansão de uma economia marcada pelo mercantil. Cabe, portanto, uma breve análise da participação da Igreja Católica no processo de desenvolvimento do comércio, que culminará com a elaboração do *Concílio de Trento*⁸ e que ajudará a compreender a própria proposta da pedagogia dos jesuítas expressa no *Ratio Studiorum*.

Durante a Idade Média, a Igreja Católica propagava uma ideologia que refletia o pensamento da grande maioria das pessoas. Se alguém precisasse de um empréstimo, sua necessidade não era entendida como uma questão econômica, mas sim, como uma questão de sobrevivência. Portanto, quem o ajudasse, não teria o direito de lucrar com tal situação. Receberia de volta, apenas o que emprestou.

Jacques LE GOFF (1991) argumenta que a Igreja ao condenar o usurário, o faz tendo como base vários argumentos. Dentre eles, cita o Deuteronômio, XXIII, 19-20 que diz:

“Não exigirás do teu irmão juro nenhum nem por dinheiro nem por víveres, nem por nenhuma coisa que se preste ao pagamento de juros”. (Le Goff)⁹

Ou ainda, no Novo Testamento, em Lucas VI, 34-35 que diz o seguinte:

“Se vós só emprestais àqueles de quem esperais restituição, que mérito tendes? Porque os pecadores emprestam aos

⁸ Realizado de 1545 a 1563, foi o 19.º Concílio Ecumênico. É considerado, junto com o Vaticano I e Vaticano II, um dos três concílios fundamentais da Igreja Católica. Foi convocado pelo Papa Paulo III para assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica, no contexto da Reforma da Igreja Católica e a reação à divisão tão vivida na Europa devido à Reforma Protestante, razão pela qual é denominado como Concílio da Contra Reforma.

⁹ LE GOFF, 1991, p. 56.

pecadores com o fim de receberem o equivalente (...). Emprantai sem nada esperar em troca e a vossa recompensa será grande". (Le Goff)¹⁰.

Além desses argumentos encontrados na Bíblia, a Igreja ainda sustentaria sua resistência à usura, utilizando-se da difusão pela Europa Ocidental, das idéias de Aristóteles, via pensamento de Santo Tomás de Aquino que, a partir do século XIII, penetrou de forma profunda no pensamento escolástico.¹¹

É assim que Santo Tomás recupera o adágio de Aristóteles de que o dinheiro não faz filhos (*nummus non parit nummos*), e defende que o dinheiro deve servir apenas para favorecer as trocas e que fazê-lo frutificar por si só é ir contra a natureza.

Estes, portanto, são alguns dos argumentos que dariam à Igreja Católica um posicionamento contrário à usura e, em tese, uma oposição ao desenvolvimento comercial. Contudo, na seqüência de sua análise, o próprio LE GOFF (1991) enfatiza que esta leitura não resiste a uma análise mais detalhada e revela outra face da Igreja Católica.

LE GOFF (1991) afirma que a Igreja Católica desde muito cedo se preocupou em proteger os mercadores. Exemplifica com a atitude do Papa Gregório VII que em 1074 ordenou que o rei da França, Felipe I, restituísse aos mercadores italianos as mercadorias que mandara confiscar, chegando a ameaçar o Rei de excomunhão em caso de recusa. Lembra também que, numa época marcada por guerras que acabavam por prejudicar as atividades comerciais, o Cânone 22.º do Concílio de Latrão (1179) reclamava a segurança "para os padres, monges, clérigos, conversos, peregrinos, mercadores, camponeses e animais de carga". Este Cânone, completa ainda LE GOFF (1991), por sinal, passaria a significar uma espécie de hierarquia das profissões, onde os mercadores aparecem entre os clérigos e camponeses, numa clara aceitação, por parte da hierarquia eclesiástica, da figura do mercador.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 57

¹¹ O século XIII é considerado um período áureo da Teologia e da Filosofia. A difusão do pensamento de Aristóteles constituiu o grande acontecimento filosófico deste século.

O próprio Papa Inocêncio IV (século XIII) pertenceu, segundo LE GOFF (1991), a uma família de mercadores genoveses, enquanto bispos e abades vão se tornando usurários.

Observa-se, portanto, a partir deste breve relato sobre a História da Igreja Católica no processo de formação de uma sociedade mercantil, que a idéia de que a Igreja se colocava em oposição ao desenvolvimento comercial não é tão consistente. Evidentemente que não se deseja aqui uma análise mais profunda da História da Igreja, mas o que se quer mostrar é que a Igreja inserida no processo de transformações que marcaram os séculos de afirmação de uma sociedade mercantil, também ela, como instituição poderosa, mas constituída por pessoas reais, não pode ser compreendida sem se considerar o grande conflito e tensão entre aquilo que é a tradição, contrastado por novas experiências das quais a Igreja será determinada e determinante.

Diante, portanto, deste conturbado contexto de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, como chegará a Igreja Católica à modernidade do século XVI, período da criação da Companhia de Jesus e de elaboração do *Ratio Studiorum*?

DELUMEAU (1994) destaca que, entre 1320 e 1450, abateram-se sobre a Europa várias desgraças: privações, epidemias, guerras, aumento da mortalidade, diminuição de metais preciosos e o avanço dos turcos. O que significa dizer que a História do Renascimento será marcada por todos estes desafios, mas também e, principalmente, por suas respostas a estes mesmos desafios. Ocorre, portanto, no período renascentista uma crítica ao pensamento clerical de origem medieval, somado a uma recuperação demográfica e a grandes progressos técnicos que vão possibilitar a aventura marítima e, por último, o surgimento de um cristianismo melhor elaborado e rejuvenescido. Esta será a grande marca do Renascimento. Um período de grandes contradições e que será trilhado pela Igreja Católica numa luta no interior da instituição, resultando na elaboração do Concílio de Trento, acontecimento de grande importância e influência na Ordem dos jesuítas e, em especial, no seu plano de estudos, o *Ratio Studiorum*. Nas **“Regras do Prefeito de Estudos”**, n.º 30, quanto aos livros que se devem dar aos estudantes está escrito:

“... Todos os teólogos devem ter o Concílio Tridentino e um exemplar da Bíblia, cuja leitura lhes deve ser familiar...” (Ratio Studiorum, 1952).

Para LIBÂNIO (1984), ao terminar a Idade Média, a Europa ainda era um continente marcado por uma religiosidade popular muito próxima do universo supersticioso, confundindo a pregação cristã com uma religiosidade de fundo pagão. Tanto que a presença do demônio neste período será marcante. Assim, Católicos e Protestantes, ao entrarem na modernidade depararam-se com esta visão religiosa, caracterizada pela superstição e pela presença do diabólico.

DELUMEAU (1994) entende que esta realidade deve-se muito aos próprios limites da Igreja Católica, pois os fiéis sentiam-se abandonados pela instituição que carecia de verdadeiros pastores. Ficava evidente a acumulação de benefícios por parte das autoridades religiosas, o abandono das paróquias, o despreparo intelectual dos padres, o nepotismo dos bispos, e tantos outros abusos da Igreja que contribuíam para desmoralizá-la perante os seus fiéis.

Diante deste contexto, LIBÂNIO (1984) entende que os grandes desafios da Igreja na modernidade serão, portanto, o de elevar o nível espiritual do povo, lutar por uma superação de uma fé ainda muito marcada pelo imediatismo e a busca por um clero que possa recuperar a credibilidade junto ao povo, o que implicaria em um clero disciplinado e mais preparado intelectualmente.

Visando superar estes limites, a Igreja Católica irá deslocar sua preocupação no sentido de evidenciar uma luta entre as forças do bem contra as forças do mal pela disputa constante da alma dos fiéis. Busca-se, nesse momento, romper com uma religião até então preocupada com o bem estar imediato do corpo, herança de um passado a ser superado, para uma proposta religiosa que atendesse a salvação eterna da alma. LIBÂNIO (1984) cita palavras de Inácio de Loyola que ilustram essa nova maneira de pensar:

“Quão vil me parece a terra, quando contemplo o céu”.¹²

¹² LIBÂNIO (1984) página 42.

Ou ainda, na provocação de Inácio de Loyola a São Francisco Xavier quando este se vê às voltas com seus projetos acadêmicos:

*“Que lhe adiantam as glórias terrenas de brilhante carreira universitária, se sua alma sofre detrimento”.*¹³

Não é por acaso que este novo imaginário estará presente logo no início do documento pedagógico, o *Ratio Studiorum*, nas “**Regras do Provincial**”, ao referir-se ao objetivo dos estudos da Companhia:

Regra n.º 01 - “Como um dos ministérios mais importantes da nossa Companhia é ensinar ao próximo todas as disciplinas convenientes ao nosso Instituto, de modo a levá-lo ao conhecimento e amor do Criador e Redentor nosso, tenha o Provincial como dever seu zelar com todo empenho para que com nossos esforços tão multiformes no campo escolar corresponda plenamente o fruto que exige a graça da nossa vocação”.

Ou ainda nas “**Regras do Reitor**”, n.º 01, onde encontramos:

Zelo pelos Estudos: “A companhia dedica-se à obra dos colégios e Universidades, afim de que nestes estabelecimentos melhor se formem os nossos estudantes no saber e em tudo quanto contribuir para o auxílio das almas e por sua vez comuniquem ao próximo o que aprenderam. Abaixo, portanto, do zelo pela formação das sólidas virtudes religiosas, que é o principal, procure o Reitor, como ponto de máxima importância, que, com a graça de Deus, se alcance o fim que teve em mira a Companhia ao aceitar colégios”.

Outro elemento que será marcante na tradição religiosa e que também atrairá as atenções dos fiéis nesse contexto da modernidade será o horror ao inferno. LIBÂNIO (1984) lembra novamente o autor dos “Exercícios Espirituais”,

¹³ Idem, Ibidem.

Inácio de Loyola que, mesmo tendo demonstrado sempre grande equilíbrio, não deixa de dedicar um bom espaço nos seus “Exercícios”, à meditação sobre o inferno.¹⁴

DUBY (1988) entende que esta presença do diabólico é compreensível se levar em conta que, a partir do século XIV, a Europa se vê envolvida por recessão, guerras, pestes e tantas outras catástrofes, fazendo com que a morte seja uma presença muito próxima e constante na vida de todas as pessoas.

Nesse ambiente temeroso, o novo imaginário que a Igreja Católica apresenta aos fiéis, aparece como orientador da vida das pessoas, indicando-lhes o campo de investimentos de suas energias afetivas e intelectuais.

Inácio de Loyola expressa a força amedrontadora através de uma oração no livro dos “Exercícios Espirituais”:

“Se eu vier a esquecer o amor do Senhor eterno, ao menos o temor das penas me ajude a não cair em pecado”.

É neste contexto histórico e cultural que nasce a Companhia de Jesus. Diferente das outras ordens religiosas que propunham uma internação monástica, os jesuítas aparecem com uma nova proposta de salvação das almas, mas agora alcançada principalmente, através da ação e do esforço de cada um.

Da mesma maneira que os mercadores conquistam novos mercados, os jesuítas através das missões buscam salvar as almas. MILLER (1935) sugere que neste aspecto os jesuítas introduziram um elemento novo e que estará presente em todos os propósitos da Companhia, inclusive e, principalmente, na sua proposta pedagógica: *a certeza de que a salvação da alma é possível pela ação humana*. MILLER (1935) entende ser esta uma verdadeira revolução no pensamento católico, já que o que se defende é a idéia de que a perfeição é possível com aptidões naturais do homem conquistado por seus próprios esforços.

Inácio de Loyola afirmará certa vez ao seu irmão de Ordem, Manare:

¹⁴ Exercícios Espirituais, n.º 66-70.

“Todas as vezes que eu quiser, poderei encontrar Deus”.¹⁵

Seria esta outra característica moderna, alicerçada pela teoria religiosa, defendida e ensinada pelos jesuítas de que a ação humana, dominando o corpo com disciplina e controlando a vontade por meio dos “Exercícios Espirituais”, daria ao homem a possibilidade de encontrar a vontade de Deus e salvar a sua alma. Inácio de Loyola indica os “Exercícios Espirituais” como a maneira pela qual poderíamos desenvolver nossas forças naturais por meio de um treinamento sistemático. Até o fim o discípulo teria a faculdade de utilizar-se dos seus sentidos sem se despojar de suas qualidades. Inácio de Loyola complementa ao seu irmão de Ordem, Manare:

“O homem deve aspirar a Deus apenas de maneira adequada, para poder alcançá-lo também realmente; o que importa, somente, é o fervor, o uso adequado das aptidões naturais. Assim como no caminho, na marcha e na carreira, o corpo pode ser treinado, assim também é possível dominar a vontade por meio dos exercícios, afim de que ela encontre a vontade divina”.¹⁶

Quem entra em contato com os “Exercícios Espirituais” de Inácio de Loyola verifica que são instruções destinadas principalmente àqueles que desejam agir. Está aberto o caminho para que o estudante jesuíta tenha sob seu domínio a conquista, não só do conhecimento científico, que dependerá acima de tudo, de seu esforço na observância das Regras através da obediência e da disciplina, mas também, a garantia de que estará fazendo a vontade de Deus e salvando sua alma.

MILLER, porém, destaca que essa ação do exercitante ou do estudante como se verificará posteriormente, só terá o resultado esperado, se ela vier acompanhada de uma rigorosa *obediência*, valor este, que se constituirá em uma virtude essencial e capital para os jesuítas de um modo geral. A trigésima primeira “**Regra das Constituições**”, diz o seguinte sobre a obediência:

¹⁵ MILLER (1935) página 16.

¹⁶ Idem, Ibidem.

“que é sobretudo proveitoso ao aperfeiçoamento, submetendo-se todos a uma obediência perfeita, considerando o superior, seja ele quem for, como representante de Nosso Senhor Jesus Cristo e consagrando-lhe respeito e amor. Por entrever em seu superior a pessoa divina, a obediência significa uma espécie de união mística com a vontade de Deus”.

Cabe destacar como a prática da obediência é fundamental para os jesuítas. EISENBERG (2000) destaca que o desenho institucional da estrutura hierárquica da Companhia de Jesus veio ser consolidado com a publicação das “Constituições”. Mas ao elaborar as “Constituições” Inácio transforma o conceito de obediência contido nos “Exercícios Espirituais”, em um novo conceito, agora adequado a uma nova realidade institucional. Segundo EISENBERG (2000), os “Exercícios Espirituais” reproduzem uma mentalidade medieval marcada ainda por uma obediência cega à Igreja. No entanto, com a experiência dos primeiros anos de administração das atividades internacionais da Ordem, Inácio constatou que a obediência cega não era viável na condução das instituições religiosas.

Em 1553, revisou seu conceito de obediência, alertando que era necessária a aceitação das ordens acompanhadas da deliberação consciente e não mais cega. Em outros termos, a aceitação das ordens deveria estar acompanhada com a compreensão das razões que justificam aquela obediência.

EISENBERG (2000) afirma que Inácio de Loyola insere o aspecto do consentimento daquele que obedece. Para isto, os superiores deveriam justificar racionalmente suas ordens para que quem obedeça entenda a razão de estar obedecendo. Nesse caso, a *obediência* teria sempre que ser complementada pela *prudência*.

Destaca-se, portanto, que a obediência vai adquirindo uma nova conceituação, não só se distanciando da aceitação passiva prescrita pelo conceito monástico de obediência das ordens medievais, mas também vai ganhando um novo significado dentro da própria ordem jesuítica, em função das necessidades específicas das instituições espalhadas pelo mundo.

CAPÍTULO 2

O RATIO STUDIORUM

2.1. INÁCIO DE LOYOLA

Ao se analisar o século XVI, considerando especificamente, a questão religiosa, não é incomum evidenciar como marco de transformação radical da religiosidade cristã, a Reforma Protestante. Mas ficaria incompleta qualquer análise que não considerasse os movimentos de Reforma que aconteceram dentro da própria Igreja Católica.

É nesse contexto que se insere a gênese da Companhia de Jesus como um dos movimentos que optaram por permanecer sob a liderança papal, mas que nem por isso deixou de ter um profundo impacto sobre as Reformas, resultando no caso da Igreja Católica, na realização do Concílio de Trento como resposta aos protestantes.

No entanto, ao se propor falar da gênese da Companhia de Jesus, é inevitável coincidir com a própria história de seu fundador, Inácio de Loyola. Vejamos, portanto, como ocorre o início da Companhia de Jesus, percorrendo um pouco da história de seu fundador, bem como a origem de duas de suas principais obras que representarão o “espírito” de toda Ordem.

Segundo EISENBERG (2000), Inácio de Loyola nasceu no Castelo de Loyola, nas Vascongadas em 1491, no país Basco. Foi educado como cavaleiro na Corte da Espanha e foi capitão na guarnição de Pamplona, capital de Navarra. Ferido em batalha, enquanto recuperava-se dos ferimentos, entrou em contato com livros sobre a vida de Cristo e dos Santos. Decidiu, então, que gostaria de seguir os passos de São Domingos e São Francisco de Assis. Iniciou uma peregrinação até a cidade de Jerusalém. Sua primeira parada foi na Catalunia, no Mosteiro Beneditino de Montserrat, onde conheceu o diretor do mosteiro, o Abade Garcia de Cisneros, que lhe apresentou uma rotina de

prescritas de confissões que muito impressionou Inácio a ponto de passar a segui-las.

Deixando o mosteiro, EISENBERG (2000) ressalta que Inácio deu todas as suas roupas a um mendigo e saiu de Montserrat apenas com um cajado. Começava a escrever um livro de exercícios de devoção religiosa inspirado no método, que tanto o havia impressionado, do Abade Garcia de Cisneros, livro este que ficaria famoso e conhecido como “Exercícios Espirituais”. Um livro que terá a cara daquele que viria a se tornar em 1541 o Primeiro Superior Geral da Ordem dos jesuítas. EISENBERG (2000) entende que Inácio de Loyola deixará na Companhia recém fundada a sua marca e que serão as características de todas as casas jesuítas, seja dos seminários, das escolas ou das faculdades, todas terão um misto de suavidade e de autoridade que fará da Companhia de Jesus uma família, mas guiada sempre por uma rígida disciplina e uma rigorosa obediência.

No seu livro, “Exercícios Espirituais”, Inácio de Loyola apresentará uma dupla ordem de instruções, algumas mais imediatas, com o objetivo de orientar a alma e outras mais gerais destinadas a orientar o exercitante por toda a sua vida, buscando sempre a santificação.

Tendo uma preocupação constante com as ações, fica clara para quem entra em contato com os “Exercícios”, uma orientação sempre voltada mais para a prática do que para a especulação, convergindo invariavelmente, para uma adesão da vontade do exercitante, característica que será marcante, volta-se a salientar, em todo o espírito da Companhia, inclusive na proposta pedagógica do *Ratio Studiorum*.

Os exercícios propostos por Inácio, portanto, *excluem* a passividade, já que dependerá fundamentalmente da vontade do exercitante. Embora estando este sempre confiado aos cuidados de um diretor que o dirigirá em cada exercício e o auxiliará na busca de alcançar a vitória do espírito, o resultado final dependerá sempre da adesão do exercitante. Portanto, o livro dos “Exercícios” não é um livro para ser lido, mas para ser praticado e assumido por vontade própria. O próprio Inácio de Loyola, antes de escrever o livro, se propôs primeiro vivenciá-lo. Diante da importância e do significado do livro “Exercícios Espirituais”, visto ser ele considerado como o primeiro magistério

da Ordem na história da Companhia, expõe-se a seguir um breve relato do seu conteúdo¹⁷.

Inácio de Loyola divide seu livro em quatro semanas, da seguinte maneira: numa primeira etapa, seguem-se cinco exercícios compostos de meditações sobre o Pecado, que Inácio entende ser a causa que levaria essencialmente a separação do homem em relação a Deus. A finalidade desta etapa é de provocar a libertação interior do exercitante, afastando-o do que Inácio chama de paixões inferiores.

Na segunda etapa dos “Exercícios Espirituais”, aparece a figura de Jesus que é apresentado ao exercitante como um grande Rei e irmão na gloriosa empresa da salvação da humanidade, convidando a quem o segue a despojar-se do egoísmo e assumir o amor como propósito de vida. Cristo aqui é apresentado para os cristãos não como um personagem histórico do passado, mas como alguém vivo, presente e, seja qual for a vocação escolhida pelo exercitante, a escolha deve ser abraçada com o desejo de levá-la com perfeição à imitação de Jesus Cristo.

Na terceira semana, a finalidade é a confirmação da opção feita até aqui pelo exercitante, reforçada enfim, pela quarta semana dos “Exercícios Espirituais”, agora completada pela alegria e felicidade da Ressurreição, Ascensão e Pentecostes como prêmios pela adesão e fidelidade do exercitante à vontade divina.

Fica evidente por este breve relato dos “Exercícios Espirituais”, e isto é que se deseja ressaltar, da importância da vontade do exercitante em querer aderir através da sua ação. É isto que faz dos “Exercícios Espirituais” um livro que tem sua importância significativa não tanto no conteúdo proposto, mas muito mais na insistência de um exercício prático assumido por vontade própria de quem se propõe a segui-lo.

De posse de seu livro, Inácio se põe a caminho de Jerusalém, mas, segundo EISENBERG (2000), ainda incomodado, pois, sentia necessidade de encontrar uma forma mais efetiva de agir no mundo e que pudesse contribuir de maneira mais contundente para a salvação das almas.

¹⁷ Para este breve relato utiliza-se como fonte de consulta “Os Jesuítas” (1978).

Em 1524, inicia em Barcelona, um curso de Latim. Após dois anos, vai para a Universidade de Alcalá onde divulga seus “Exercícios Espirituais”. Em seguida, transfere-se para a Universidade de Salamanca. Tanto em Alcalá como em Salamanca, EISENBERG (2000) comenta que Inácio de Loyola encontrará um ambiente hostil dada à desconfiança de suas atividades fora da Universidade.¹⁸

Diante das hostilidades, Inácio de Loyola decide abandonar a Península Ibérica e continuar seus estudos em Paris, aonde chegou em fevereiro de 1528 e lá vivendo até 1535. Foi em Paris que conheceu todo um grupo de homens com quem fundaria a Companhia de Jesus.

Em 27 de setembro de 1540, é aprovada, pela bula papal *Regimini Militantis Ecclesiae*, a Companhia de Jesus que, segundo EISENBERG (2000), nasce propondo como grandes objetivos a castidade, a pobreza, a salvação do próximo, a administração dos sacramentos da Confissão e da Comunhão, a pregação e a celebração da Missa.

Rapidamente, a Companhia de Jesus, tornou-se um dos principais movimentos na Reforma Religiosa, tendo contribuído grandemente na elaboração do Concílio de Trento.

EISENBERG (2000) destaca que os jesuítas centravam sua nova interpretação do cristianismo naquilo que eles chamavam de “*o nosso modo de proceder*” (*noster modus procedendi*). Herdaram a caridade, a obediência e a pobreza das outras ordens religiosas, mas acrescentaram como especificidade a busca de uma santificação pessoal através de um método disciplinar prescrito por Inácio de Loyola em seus “Exercícios Espirituais” e uma atividade apostólica marcada pelo trabalho de caridade na salvação das almas.

Com estes propósitos, os jesuítas irão contribuir para uma nova proposta de Igreja que irá além da idéia tradicional monástica de reclusão. Acrescentarão instruções práticas, tanto para o exercitante quanto para aqueles que dirigem a prática dos exercícios.

¹⁸ Tanto na Universidade de Alcalá, como na Universidade de Salamanca, havia rumores de que Inácio era seguidor dos Alumbrados, movimento religioso popular em Castilho, que pregava uma união espiritual com Deus através da iluminação da alma e orações mentais em silêncio. Eram perseguidos pela Igreja que considerava a religiosidade dos Alumbrados uma ameaça ao dogma, pois, somente os sacramentos e a Igreja podiam mediar a salvação (EISENBERG, 2000).

Agora, com a bula papal *Regimini Militantis Ecclesiae* que aprovou a Companhia de Jesus, urge a necessidade de desenvolver uma legislação mais específica e completa para a nova Ordem que está nascendo.

É com este propósito que em 1541, os companheiros de Inácio de Loyola irão encarregá-lo de redigir as regras que pudessem orientar a nova Ordem. Nesse mesmo ano, é redigido um primeiro esboço. Em 1544, Inácio de Loyola delibera sobre a pobreza e sobre as missões da Ordem. Em 1546, determina sobre os impedimentos para entrar na Companhia e compõe as constituições dos estudantes. Em 1550, redige recomendações ao Superior Geral e em 1551 convoca a Roma, padres para examinar o livro das “Constituições”. Em 1553 Inácio de Loyola confia a Padre Nadal a promulgação de seu livro, que à luz das observações que recebia, foi aperfeiçoando até o ano de 1556, ano de sua morte. Em 1558, foi declarado e sancionado com força de lei, o último e definitivo texto. Estava concluída a legislação que iria orientar a partir daquele ano a Companhia de Jesus.

Entende-se ser importante, neste momento, conhecer brevemente um pouco das dez partes em que estão divididas as “Constituições”, já que será esta obra a base para a organização de todas as casas jesuíticas. Destaca-se ainda, que será na quarta parte das “Constituições”, que abrange dezessete capítulos, que estará presente um esboço do estatuto de estudos e de pedagogia escrito mais tarde, o *Ratio Studiorum*. A seguir, portanto, faz-se um breve relato dos conteúdos que compõem as dez partes das “Constituições”¹⁹ :

A *Primeira parte* preocupa-se com a escolha dos candidatos que desejam entrar na Companhia. Portanto, propõe as condições necessárias bem como suas qualidades para sua admissão.

A *Segunda parte* demonstra uma preocupação de Inácio com aqueles que não serão aceitos na Ordem. No caso da recusa do candidato, encontram-se as orientações para a sua demissão, que deverá ocorrer de forma prudente e amigável.

Na *Terceira parte*, as orientações concentram-se especificamente sobre a formação espiritual dos noviços da Ordem, buscando colocar os fundamentos para uma virtude sólida.

¹⁹ Para realizar este breve relato utiliza-se como fonte de consulta “Os Jesuítas” (1978) e “Os Jesuítas: de sua origem aos nossos dias” (1954).

A *Quarta parte* das “Constituições” é aquela que interessa mais de perto aos estudiosos da pedagogia dos jesuítas. Ela ordena todo o complexo trabalho de formação intelectual, não só dos estudantes da Ordem, mas também dos alunos externos, do ensino superior ou secundário, das universidades ou nos colégios e ginásios. Esta quarta parte é ampla e distribuída em dezessete capítulos e servirá de base para a elaboração do futuro documento pedagógico, o *Ratio Studiorum*, iniciado em 1549 e concluído em 1599. Nela se determina tudo o que se refere ao regulamento tanto dos colégios como das universidades: formação moral, literária, filosófica e teológica dos estudantes, bem como das qualidades dos superiores e dos professores.

A *Quinta parte* das “Constituições” é toda ela dedicada aos jovens sacerdotes da Ordem.

A partir da *Sexta parte*, as normas presentes nas “Constituições” dizem respeito aos já formados e incorporados à Ordem.

A *Sexta parte* é relativa às obrigações comuns a todos os membros da Ordem. São elas: os votos de castidade, de pobreza e principalmente de obediência, característica fundamental da Companhia.

A *Sétima parte* trata das ocupações ordinárias e permanentes de cada um, respeitando a vontade dos superiores seja do Papa ou dos Superiores da Ordem. Trata também de toda espécie de missões entre infiéis, hereges ou católicos, propondo critérios seguros para os missionários, visando a busca do melhor resultado possível.

A *Oitava parte* indica os meios de promover e preservar a união de todos com o chefe e entre si, regular assembléias das províncias, autoridade e deveres.

A *Nona parte* é toda ela reservada ao geral da Ordem e ao governo que dele depende.

A *décima e última parte* das “Constituições” insiste nos meios de conservação e incremento da Ordem. É prescrita uma severa guarda da disciplina nos colégios, uma preocupação com a perfeição na obediência e na caridade, características marcantes na pedagogia dos jesuítas, através do seu documento, o *Ratio Studiorum*.

Os superiores da Ordem dos jesuítas, a exemplo do que já orientavam os “Exercícios Espirituais”, seriam orientados, também nas “Constituições”, a se restringirem apenas a guiarem os irmãos das casas jesuítas, monitorando a administração das regras para que não ocorressem desvios. Somente em caso de desvio, caberiam ao superior a advertência e a orientação para o retorno ao caminho correto por parte do exercitante.

Seria, portanto, nas “Constituições”, derivadas dos “Exercícios Espirituais”, que estariam presentes as instruções de como se deve obedecer, de como ser prudente e de como se devem organizar as missões, as escolas e as casas jesuíticas.

Mas o próprio Inácio de Loyola admitirá que as diretivas traçadas nas “Constituições”, em especial na quarta parte que trata da pedagogia, não serão suficientes e, portanto, não deveriam substituir um conjunto de regras práticas que facilitasse e uniformizasse o trabalho educativo dos cada vez mais numerosos colégios da Ordem.

Nas próprias “Constituições”, Inácio de Loyola determinará que se elabore um Estatuto para que se trace uma ordem nos colégios e nas faculdades da Companhia. Com o crescimento do número de escolas e com a orientação de Inácio quanto a um estatuto próprio para as escolas, a elaboração do Código tornou-se imprescindível e apenas uma questão de tempo. Estava lançada a idéia daquele que viria a se tornar o conjunto de regras que guiaria inúmeros colégios espalhados por todo o mundo, o *Ratio Studiorum*.

2.2. ELABORAÇÃO DO RATIO STUDIORUM

Se a espiritualidade da Companhia de Jesus deriva dos “Exercícios Espirituais”, serão nas “Constituições”, em especial na IV Parte, que entrarão em vigor a partir de 1552, que estarão as linhas mestras da organização de toda a atividade pedagógica da Ordem dos jesuítas.

Será nas “Constituições”, portanto, que os jesuítas buscarão o respaldo teórico para a elaboração do *Ratio Studiorum*, o código de ensino dos jesuítas por onde se pautaram a organização e toda a atividade de numerosos colégios que a Companhia de Jesus fundou e dirigiu durante dois séculos por várias partes do mundo.

Para que se tenha uma idéia do que isto significa, é suficiente dizer que já por volta de 1750, a ordem jesuítica dirigia 578 colégios e 150 seminários totalizando 728 casas de ensino espalhadas por todo o planeta²⁰.

No entanto, para quem conhece apenas por ouvir falar ou pela fama do Código, mas que ainda não teve acesso ao documento, quando tem a oportunidade de conhecê-lo mais a fundo, pode surpreender-se ao se deparar com o conteúdo do *Ratio Studiorum* já que encerra um conjunto prático de regras e não um tratado teórico como se poderia imaginar equivocadamente a princípio. Leonel FRANCA (1952) ao referir-se ao documento, já fazia a seguinte observação:

*“para quem, pela primeira vez, se põe em rápido contacto com o Ratio, a impressão espontânea é quase a de uma decepção. Em vez de um trabalho bem sistematizado de pedagogia, que talvez esperava, depara com uma coleção de regras positivas e uma série de prescrições práticas e minuciosas”.*²¹

Mas não se pode incorrer no erro de supor que a importância do documento seja por isso menor. Sua elaboração encerra um modelo de Educação implícito no documento. Suas regras condensadas retratam

²⁰ FRANCA (1952) página 05.

²¹ Idem, Ibidem página 43.

experiências vivas que resultaram em grandes reflexões, e que os jesuítas sintetizaram em uma proposta de Educação com regras práticas que, ao serem conduzidas habilmente pelos envolvidos no processo, iam revelando na prática, aquilo que as teorias queriam revelar nos livros. Assim, para que não se subestime a importância pedagógica do *Ratio Studiorum* a “apenas” um conjunto de regras, cabe nesse momento uma retomada histórica que reproduz a elaboração do documento, fazendo ver que o resultado final que originou a proposta pedagógica só foi alcançado após inúmeras experiências, culminado com regras concisas e consistentes que deram ao documento êxito e credibilidade incontestáveis por toda parte em que foi colocado em prática.²²

Pode-se começar buscando suas origens em agosto de 1548, na cidade de Messina, onde Inácio de Loyola abriu o primeiro colégio da Companhia de Jesus, mandando para lá padres de várias localidades diferentes, tendo em comum apenas, o fato de terem estudado em Paris.

Os primeiros companheiros de Inácio de Loyola foram homens que se formaram nas melhores universidades da Europa, com especial apreço por Paris onde havia um predomínio do ensino clássico. Desde o início, optou pelo *modus parisiensis*²³ por considerá-lo o método de ensino superior aos demais. Inácio de Loyola entendia que não havia outro método mais eficiente para levar ao conhecimento rápido e perfeito da língua latina.

Em 1551, Inácio funda um grande colégio em Roma, centro da cristandade, com a função de preparar futuros professores. Estava criado o famoso colégio Romano²⁴, de início contando com 300 alunos.

²² Para realizar esse breve histórico do *Ratio Studiorum* utilizou-se como referência bibliográfica o historiador Leonel Franca (1952).

²³ “O *modus parisiensis* é o conjunto de normas pedagógicas que caracterizavam o ensino parisiense e lhe conferiam uma personalidade única e original. Como mostra Joaquim Ferreira Gomes (1995: 30), de todos os modelos universitários disponíveis, o *modus parisiensis* era o que apresentava maior coerência, rigor e eficácia e aquele que mais valorizava a ordem, a rapidez e a disciplina da aprendizagem, leque de características que se adaptavam perfeitamente aos intentos normativos da docência jesuíta. O *modus parisiensis* caracteriza-se por quatro tópicos fundamentais: a distribuição dos alunos em classes, uma actividade constante dos alunos através de exercícios escolares, um regime de incentivos ao trabalho escolar, e a união da piedade e dos bons costumes com as letras” (www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/momentos/jesuitas/_private/mp.htm).

²⁴ Colégio Romano tinha por objetivo cobrir todo o arco escolástico da vida de um estudante, desde estudos elementares até os universitários. Em 1584 o Papa Gregório XIII inaugurou a nova casa do colégio conhecido hoje como Praça do Colégio Romano. Em nome de tal gesto, a instituição tomou o nome de Gregoriana, conhecida hoje pelo nome de Pontifícia Universidade Gregoriana (PUG).

Em 1553, aos cursos de Humanidades e Retórica serão acrescentados no colégio Romano, as faculdades de Filosofia e Teologia.

Em 1561, o colégio Romano com 10 anos de existência, já contaria com 750 alunos matriculados, sendo 368 nas aulas de Gramática; 130 em Humanidades e Retórica e os demais em Filosofia e Teologia.

FRANCA (1952) destaca que em julho de 1551, ano de fundação do colégio Romano, foi enviado a Roma uma descrição completa do currículo e dos métodos seguidos no colégio de Messina. Este primeiro código seria um dos primeiros esboços do futuro *Ratio Studiorum*.

De 1553 a 1557, Padre Jerônimo Nadal, reitor e professor de hebreu do colégio Messina, viajou por quase toda Europa para explicar e promulgar as “Constituições” da Ordem, concluídas no ano de 1552. Embora as “Constituições” tivessem sido concluídas no ano de 1552, Inácio de Loyola de acordo com observações que recebia, foi aperfeiçoando sua obra até sua morte em 1556. Padre Nadal nas suas viagens teve o cuidado de observar o cotidiano dos colégios dirigidos pela Ordem e, mais tarde, ao governar o Colégio Romano como reitor no período de 1564 a 1566, elaborou um novo código e o colocou em execução durante o seu reitorado.

Padre Ledesma, professor escolhido por Inácio de Loyola para trabalhar no Colégio Romano, também de formação nas grandes universidades européias, receberá a missão de rever e ampliar o programa de estudos do Colégio Romano. Deste desafio, sairá um documento com o nome *De Ratione et Ordine Studiorum Collegii Romani*.

Enquanto isso, por toda parte os colégios se multiplicavam e cada vez mais crescia a urgência de um código pedagógico comum para as escolas jesuíticas.

Em 1581 é eleito como Geral da Ordem o Padre Cláudio Aquaviva. Em 1584, será nomeada uma comissão de seis membros que iniciará, em dezembro desse mesmo ano, a tarefa de codificação de um grande material, resultado do acúmulo de mais de 40 anos de experiência.

Em 1586, o trabalho é concluído e enviado a todas as províncias com o objetivo de passar por uma análise de pelo menos cinco padres de cada Província para que depois redigissem os seus pareceres e, no prazo de cinco a seis meses, os enviassem para Roma.

FRANCA (1552) ressalta que os relatórios das análises começaram a retornar e coincidiam nas críticas em dois limites do documento: a imprecisão e a prolixidade.

Constatados os limites, é realizada uma nova edição e distribuída novamente a toda Companhia no ano de 1592, já sob o título de *Ratio Atque Institutio Studiorum*.

Novamente o documento recebeu críticas ainda quanto à sua prolixidade. Procurou-se eliminar as dissertações, culminando num conjunto de regras concisas e relativas tanto aos administradores, como aos professores e aos estudantes dos colégios dos jesuítas. Finalmente, em janeiro de 1599, ocorre a promulgação definitiva do documento. FRANCA (1952) destaca que neste ano a Ordem já contava com 245 colégios espalhados pelo mundo.

Por este breve histórico confirma-se que o plano de estudos dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, está longe de ser apenas uma elaboração teórica que teria surgido da vontade de alguns homens. É antes, resultado de uma necessidade dos colégios em padronizar suas ações tanto do ponto de vista administrativo, como pedagógico e disciplinar. Sua elaboração, portanto, foi uma resposta às necessidades reais dos colégios. Respostas estas que não foram dadas a partir do gabinete, mas sim como resultados da experiência e da observação dos diferentes colégios num período de 50 anos.

O resultado foi um conjunto de regras práticas e minuciosas que ainda hoje são objetos de estudo que não podem e não devem ser subjugados pelos pesquisadores da Educação.

CAPÍTULO 3

O ESTUDO NO RATIO STUDIORUM

- Como o Aluno Estuda

Neste capítulo, realiza-se uma análise do documento *Ratio Studiorum* como proposta pedagógica, revelando a partir do texto as evidências de uma *concepção de estudo presente no documento*.

3.1. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO *RATIO STUDIORUM*

De início, é interessante ressaltar que a própria *forma* como se apresenta a organização administrativa do documento já carrega em si, uma determinada compreensão de Educação resultante do contexto em que foi elaborado o *Ratio Studiorum*. Nesse sentido, entende-se ser relevante fazer uma explanação da organização hierárquica do documento.

A Companhia de Jesus é dividida em Províncias e circunscrições territoriais. À frente de cada Província, está o Provincial que tem como responsabilidades nomear o reitor, o prefeito de estudos, zelar pela formação dos professores, promover os estudos e exercer a vigilância às normas.

Dentro dos colégios, no entanto, a autoridade mais alta é o reitor. Este tem como função convocar e dirigir as reuniões de professores e presidir todas as solenidades que aconteçam no colégio. Como autoridade maior dentro do colégio, o reitor só deverá obediência ao Provincial.

Em seguida, considerado como uma espécie de “braço direito” do reitor, surge na hierarquia dentro dos colégios, a figura do Prefeito de Estudos. Sua função é acompanhar de perto toda vida escolar, tendo como obrigação visitar as salas de aula ao menos uma vez por mês, no caso dos Cursos Superiores e, pelo menos a cada quinze dias, no caso dos Cursos Inferiores, tendo como objetivo acompanhar de perto a execução dos programas e dos regulamentos

exigidos pelos colégios. Também é de sua competência trabalhar com a formação dos novos professores, visando sua capacitação, segundo as exigências estabelecidas pelo *Ratio Studiorum*. Quando necessário, caberá também ao Prefeito dos Estudos, aconselhar os novos professores e prescrever métodos de estudos para os alunos, orientando na distribuição do tempo, inclusive nas horas reservadas ao estudo privado. Como uma última função, terá ainda a responsabilidade de controlar e distribuir os livros aos alunos, procurando ter o cuidado de que não falem livros para ninguém. Seu trabalho, portanto, é de grande importância no interior dos colégios para que possa ocorrer uma boa condução dos estudos, tanto que o *Ratio Studiorum* estabelece que, caso seja necessário, o Prefeito de Estudos poderá contar com um ou mais auxiliares.

No que diz respeito aos professores, estes devem obediência ao Prefeito dos Estudos em tudo que se refere aos estudos e à disciplina das aulas. Têm os professores como obrigação possuírem uma formação sólida para oferecer aos alunos um conhecimento das letras com competência e segurança. Nesse sentido, como se verá mais à frente, o próprio *Ratio Studiorum* propõe uma formação adequada às exigências dos colégios. No entanto, não cabe ao professor, apenas um profundo conhecimento teórico. Terá que demonstrar com o seu exemplo, o exercício das virtudes dignas de um bom cristão no serviço e no amor de Deus. Ter enfim, a habilidade de ministrar os conteúdos programáticos aliando-os sempre aos valores cristãos, desejo maior da proposta pedagógica das escolas dos jesuítas.

Por último, aparece na hierarquia a figura do Bedel. Este deve obediência ao professor procurando executar tudo o que lhe for prescrito, de modo especial, quando se refere aos exercícios escolares. Além dessa tarefa pedagógica, cabe também ao Bedel, questões mais práticas como, por exemplo, zelar pelo asseio da sala de aula e da cátedra, além de ficar atento com relação à freqüência dos alunos às atividades ordinárias, uma questão que para a pedagogia dos jesuítas seria considerada como fundamental.

Estes é que teriam, portanto, a responsabilidade de fazer com que as escolas colocassem em prática todo um conteúdo e uma metodologia que só teria êxito se cada um cumprisse o que lhe foi estabelecido pelo documento, já

que cada segmento seria devidamente preparado e orientado para cumprir o seu papel.

Cabe ainda, uma observação sintomática da maneira como está distribuída a organização administrativa no documento pedagógico. Nota-se que a forma de exposição do *Ratio Studiorum* respeita o entendimento que se tinha da ordem social. O índice do *Ratio Studiorum* está organizado segundo uma hierarquia que vai do mais importante socialmente ao menos importante. A própria disposição das Regras, estabelecida pelo documento, acompanha esta concepção social da época: Regras do Provincial, do Reitor, do Prefeito de Estudos, dos Professores das Faculdades Superiores, estes, também distribuídos segundo ainda uma hierarquia: professor da Sagrada Escritura, de língua hebraica, de Teologia, e de casos de consciência. Na Filosofia, segue-se a seguinte divisão: Regras do Professor de Filosofia, de Moral e de Matemática. Na sequência, o *Ratio Studiorum* apresenta as Regras do Prefeito de Estudos Inferiores, as Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores, respeitando a seguinte divisão: Regras do Professor de Retórica, de Humanidades, do Professor de Classe Superior de Gramática, da Classe Média e da Classe Inferior de Gramática. Ao final, Regras dos Escolásticos, do Bedel e dos alunos externos. Finalmente, as Regras da Academia, divididas em regras do Prefeito de Estudos, dos Teólogos e dos Filósofos. Tudo dentro de um respeito à mais perfeita ordem, justificando e legitimando a hierarquia e a centralização do poder, já que propõe uma distribuição rigidamente hierarquizada e a obediência como condição a todos os envolvidos no processo educativo, que vai dos alunos até o Provincial.

3.2. VALORIZAÇÃO DO ESTUDO

Os colégios jesuítas surgiram a partir do século XVI dentro de um contexto onde as novas exigências atendiam ao aperfeiçoamento de um corpo especial de profissionais, ditadas pela transformação da sociedade européia causada, principalmente, pelo processual desenvolvimento do comércio internacional, que obrigou a uma nova racionalidade, conforme citado anteriormente. Contudo, deve-se dizer que essa nova racionalidade que busca atender aos interesses comerciais e que vem se desenvolvendo desde o século XI, não elimina características tradicionais que irão manifestar-se intensamente na Europa Ocidental quinhentista. Um exemplo ainda muito forte dessas características é o fato de o homem europeu do Ocidente sentir-se ainda marcado pela fé. Sente-se um cristão na busca do Reino de Deus, e essa busca manifesta-se em toda a sua vivência, tanto nas relações sociais, como também no respeito e na fidelidade à política monárquica. Portanto, embora tenham ocorrido transformações econômicas profundas, o que se percebe é que a organização social do século XVI ainda estava submetida a uma visão de ordem social distribuída segundo uma concepção legitimada pela vontade de Deus. Cada um teria o seu lugar e sua competência e todos juntos completariam uma unidade. No topo dessa sociedade, representando o ponto mais alto da hierarquia, estava o Rei, como representante do governo de Deus na Terra. Obedecer ao Rei significaria obedecer à ordem estabelecida pelo próprio Deus.

E da mesma maneira que se obedece à hierarquia social e que se legitima um vínculo de fidelidade ao monarca, também a Educação para os jesuítas será marcada por essa obediência à hierarquia e por essa adesão à autoridade nos colégios jesuítas.

Portanto, é nesse contexto que se deve entender a função dos colégios no período quinhentista na sociedade européia ocidental. São os representantes da preservação dos valores recebidos e vividos naquela sociedade. Nesse sentido, tinha o colégio uma função que extrapolava apenas a instrução. Ao colégio, cabia naquele momento a Educação também nos *bons*

*costumes*²⁵, o que significaria dizer viver segundo a tradição cristã. PAIVA (2004) destaca que, embora o colégio no século XVI tenha sido instituído atendendo às exigências de aperfeiçoamento ditadas pela transformação da sociedade, dentre elas, o desenvolvimento do comércio internacional, o homem europeu ocidental quinhentista ainda vivia relações sociais feudais e nas tradições cristãs. Portanto, continua PAIVA (2004), a afirmação da razão não se contrastava com a fé ou com o respeito aos grupos sociais estabelecidos. Nesse caso, a função do colégio mais do que instruir, era a de educar nos bons costumes, ou seja, no modo de viver aprovado pela tradição.

Era de responsabilidade do colégio responder aos novos tempos humanistas na busca de instruir para uma série de competências que dessem conta das novas necessidades dos negócios comerciais redirecionando o uso das matemáticas e da pesquisa da natureza. Os jesuítas tinham consciência dessa tarefa, mas sabiam também que não podiam perder de vista a função de preservar os valores religiosos cristãos que ainda estavam tão presentes na cultura do homem europeu e deviam ser preservados diante desse novo tempo. Assim, será tarefa do colégio reforçar a cultura religiosa tradicional reafirmando, através dos bons costumes, a ordem social e política estabelecida. Pelas letras, *se confirmava a organização da sociedade e capacitava o estudante à vigilância para que a ordem fosse respeitada e preservada.*

É importante entender que o colégio era reconhecido pela sociedade da época como um lugar de formação dos letrados e estes, reconhecidos e aceitos como referência para dirimir as dúvidas comuns, especialmente, num contexto marcado por grandes transformações provocadas pela expansão comercial e pelo contato com novas culturas resultantes desta expansão. Cabe dizer que a sociedade européia ocidental do século XVI, período das grandes navegações, estava convencida de que era a portadora da verdade em todas as suas expressões, o que significa dizer que o contato com outras culturas não implicaria em diálogos culturais. Ao contrário, outras expressões culturais significariam a negação da verdade, o que implicaria em contrariar a própria vontade de Deus. ARANHA (2006) lembra que será só na contemporaneidade

²⁵ Entende-se por “bons costumes” a vivência da prática cristã, como participar das missas, ouvir os sermões, confessar, ser honesto e evitar más companhias.

que os estudos de etnologia alertarão para o respeito às diferenças entre povos e culturas. Na mentalidade quinhentista, continua a autora, tanto o Reino como a Igreja procuravam homogeneizar as diferenças, segundo aquilo que se considerava verdadeiro e superior, ou seja, a cultura cristã europeia.

É assim que, dentro deste contexto cultural europeu do Ocidente, havia um reconhecimento do colégio como lugar por excelência de preparação daqueles que teriam a função social de iluminar as decisões, de acordo com a verdade revelada. Por isto se reconhecia também que os colégios estavam a serviço do Rei, já que este era reconhecido socialmente como o legítimo representante de Deus na Terra.

Portanto, a escolaridade era socialmente reconhecida como atributo dos futuros letrados, para que pudessem dar conta de sua obrigação social. O colégio representava e realizava sua introdução no meio social, com a atribuição de um papel reconhecidamente de autoridade.

Mas para que se possa ter uma noção mais exata do significado do estudo naquele período é necessário que se compreenda a estreita relação que existia entre o estudo e a fé.

PAIVA (2006) afirma que, quando do surgimento das escolas jesuíticas no período quinhentista na Europa Ocidental, os jesuítas elaboraram sua teoria pedagógica segundo uma visão denominada de *orbis christianus*, que na verdade era uma compreensão de realidade comum aos homens daquele período.

Isto quer dizer que, embora houvesse uma nova perspectiva de racionalidade que respondia aos interesses de uma economia mercantil, não queria significar necessariamente, um contraste com a fé. Pelo contrário, dava aos colégios e aos letrados uma importância fundamental na construção de uma teoria que fosse legitimando a fé tradicional cristã, diante dos novos valores e anseios mercantis. Por isso, é importante compreender o *orbis christianus* que fundamenta o estudo das escolas jesuíticas.

Segundo PAIVA (2006) o *orbis christianus* é uma imagem cristã medieval de mundo que permanece muito presente ainda no alvorecer do pensamento moderno, cujo representante maior na terra era a Igreja Católica. Fundamentava-se na crença de que o mundo é de Deus e de que este Deus é o único e verdadeiro e todos deveriam lhe prestar culto. O Papa e os Reis

como representantes de Deus na Terra tinham por missão estender, o que justificaria a colonização, e sustentar o que justificaria o papel da Educação, a fé cristã, fazendo reinar no mundo, a graça de Deus. A fé, tendo como portadora a Igreja Católica, seria o sinônimo da verdade instruída por Deus e teria a atribuição de determinar todos os gestos humanos. Indicava ao Rei seu dever de governar, ao soldado indicava o dever de defender e ao padre o dever de pregar e abençoar cada um para que continuasse seu ofício.

É neste referencial ideológico da *orbis christianus* que devemos olhar para a Educação jesuítica para compreendê-la como portadora de uma função instrutiva, como também, dos valores cristãos.

Fundada por Inácio de Loyola, em 1539, numa época de grande efervescência cultural em toda Europa e num período de grande desenvolvimento do comércio, a Companhia de Jesus, carrega no seu bojo, uma Educação eminentemente marcada por este caráter religioso. Era preciso combater a heresia, buscando sempre preservar os valores cristãos, ou seja, os bons costumes. A Companhia de Jesus veio com este objetivo: sensível ao desenvolvimento comercial e científico, considerou essencial dedicar-se à Educação e preservar a fé cristã.

Ao longo de cinqüenta anos, de 1548, quando da abertura do primeiro colégio da Companhia, até 1599, preocupou-se em elaborar um conjunto de regras, condensado num documento que pudesse contribuir para atingir seu propósito.

Tratava-se da tentativa de contemplar todos os aspectos que envolvessem a Educação, tendo como princípios a busca da realização do Reino de Deus, a salvação da alma e a edificação da Igreja na obediência à autoridade hierárquica. Com a disciplina como método, buscava-se formar uma harmonia entre a ciência e o amor de Deus.

Por isso, é que se entende que, para os jesuítas, educar era mais que um processo intelectual. Era um exercício que visava à manifestação da totalidade do indivíduo. Educar era contribuir para que o homem desenvolvesse sua inteligência sobre as coisas, mas também, a moderação dos hábitos, o respeito à ordem, ao domínio da linguagem e do próprio corpo.

No preâmbulo da 4.^a Parte das “Constituições”, consagrada aos colégios, lembra Inácio de Loyola:

“Como o fim da Companhia é levar as almas ao fim para o qual foram criadas; e como para atingi-lo, além do exemplo da vida é necessário a doutrina e o modo de propô-lo; uma vez que os candidatos houvessem lançado os fundamentos da abnegação de si mesmos e do progresso nas virtudes, deverá construir-se o edifício das letras e o modo de servir-se delas para melhor conhecer e servir a Deus Criador e Senhor Nosso. Para este fim, funda a Companhia colégios e também, às vezes, universidades”.

Como se pode ler nas “Constituições”, a finalidade da Educação é vista numa perspectiva bastante ampla, abrangendo os aspectos individuais, sociais, intelectuais e religiosos. É um ideal pedagógico que será retomado freqüentemente pelo *Ratio Studiorum*, nas Regras do Provincial, do Reitor e dos Professores e que confere ao sistema educativo dos jesuítas, não só uma busca pelo conhecimento fundamentado, mas um princípio unificador, uma hierarquia de valores, uma convergência de esforços e uma riqueza de estímulos na busca da formação do homem integral.

Na prática, tendo sempre como referência este objetivo geral, a pedagogia dos jesuítas, busca concretizar finalidades específicas que irão orientar o desenvolvimento humano. Cabe ao estudante jesuíta incorporar os propósitos educativos, convergindo seus esforços no respeito aos superiores e às regras estabelecidas.

3.3. VIRTUDES DOS ESTUDANTES

Como visto anteriormente, será nos “Exercícios Espirituais” que Inácio de Loyola dará instruções práticas, tanto para o exercitante quanto para aquele que dirige a prática dos exercícios e recomenda ao diretor dos exercícios que apenas deverá guiar o exercitante, indicando-lhe a trajetória daquele aprendizado. Com a publicação das “Constituições”, dedicada à organização hierárquica e pedagógica das casas jesuíticas, Inácio de Loyola propõe a mesma orientação aos superiores jesuítas. Deveriam preocupar-se em guiar os irmãos das casas, monitorando as regras e normas para que não ocorressem desvios. Caso o desvio ocorresse, caberia ao superior a orientação para que retornassem ao caminho correto.

Tanto nos “Exercícios Espirituais” como nas “Constituições”, observa-se uma orientação que permite ao educando, seja ele um noviço ou um estudante, uma autonomia de ação, mas sempre restrita às normas estabelecidas. Fica portanto muito claro que, seja seguindo os “Exercícios Espirituais”, ou as “Constituições”, ou ainda, o documento pedagógico dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, os discípulos ou os alunos teriam que demonstrar sempre um grande esforço pessoal para conseguir corresponder aos propósitos estabelecidos.

No caso específico do estudo, o *Ratio Studiorum* exigirá do estudante, além do esforço pessoal, um conjunto de virtudes imprescindíveis, para que possa freqüentar as escolas jesuítas.

Uma primeira grande virtude, que deve apresentar o aluno jesuíta, é o respeito à **disciplina**.

A disciplina deve fazer parte habitual na vida do estudante, tanto dentro como fora dos colégios. Ela é a garantia para que o caminho que o estudante percorra seja o caminho correto, pois é o instrumento que tornará possível o conhecimento, sempre respeitando os passos propostos pela metodologia jesuítica.

Um exemplo prático desse respeito à disciplina começa com a aceitação por parte do estudante dos horários estabelecidos. Para tudo está determinado um horário que deverá ser seguido pelo aluno. Horário para as aulas da

manhã, para as aulas da tarde, horários para a oração, para as missas, para os estudos em sala de aula e para o estudo privado, horários para as refeições e para o sono. Todos os horários deverão ser rigorosamente respeitados por todos os alunos, exigência esta inerente à própria metodologia desenvolvida pelos jesuítas e cobrada durante as aulas, nas tarefas realizadas, na compreensão dos conteúdos através dos estudos privados, etc. Como o estudante está o tempo todo envolvido com o processo educativo, a observância dos horários torna-se condição fundamental para o bom aproveitamento em todas as atividades.

Entende-se, portanto, como parte central da disciplina o cuidado por parte dos alunos em não faltarem às aulas. A **assiduidade** passa a ser outra virtude imprescindível ao aluno, pois a presença diária nas aulas é condição para que o aluno envolva-se em todas as outras atividades, mesmo que fora da sala de aula. Durante as aulas, ocorrem as correções dos exercícios elaborados fora das aulas e, durante as aulas, serão propostos novos exercícios a serem trabalhados. É durante a aula ordinária que o professor realiza a preleção, explicando os textos e esclarecendo as possíveis dúvidas dos alunos. A ausência do aluno, na sala de aula, implicaria um comprometimento de todo um progresso que, para os jesuítas, não se restringe somente ao pedagógico, mas se estende na busca por alcançar um programa de vida, em que o religioso, o moral, o disciplinar e o acadêmico se interagem.

Por conta dessa condição, há um cuidado constante no *Ratio Studiorum*, para que os alunos não falem sem necessidade às aulas. Nas “**Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores**”, n.º 41, por exemplo, é indicado ao professor que exija dos alunos a máxima freqüência. Diz a Regra:

“Se alguém faltar, mande-lhe à casa um condiscípulo ou outra pessoa e, se não apresentar excusas aceitáveis, seja castigado pela ausência”.

Nota-se, portanto, a gravidade com que o documento encara a ausência do aluno às aulas diárias. Na falta do aluno, o professor é orientado a enviar uma pessoa para que o estudante justifique, de maneira consistente, sua falta. Caso isto não ocorra, o aluno será castigado.

A utilização dos castigos só é indicada pelo *Ratio Studiorum* como último recurso, quando outros meios já tiverem sido utilizados e não derem resultados e no caso de transgressões consideradas muito graves. Observa-se que no caso da falta basta que o aluno não apresente o argumento que justifique sua ausência para que ele já sofra o castigo, o que significa dizer que a falta por si só já é considerada uma transgressão grave. Sua persistência não será tolerada pelos jesuítas.

Nas “**Regras do Prefeito de Estudos Inferiores**”, n.º 39, há uma indicação para que afastem dos colégios aqueles alunos que faltam freqüentemente às aulas:

“Os que recusam a correção – Os que não aceitarem as correções corporais..., sejam afastados do nosso Colégio... Do mesmo modo se proceda com os que faltam freqüentemente às aulas”. (Ratio Studiorum, 1952).

Portanto, a presença é condição indispensável para o aluno jesuíta, por isso é tão valorizada. Deve-se ressaltar que a rigidez da norma que pune a falta com castigo ou com a expulsão dos colégios, observada no conjunto da proposta pedagógica jesuítica, quer valorizar acima de tudo a presença do aluno como necessária e imprescindível ao seu progresso pedagógico. Não é o castigo que importa, já que ele aparece como um último recurso. É a presença que interessa. Este princípio pode ser justificado e confirmado se observarmos a Regra n.º 39, dedicada aos “**Professores Comuns das Classes Inferiores**”. Diz a regra o seguinte:

“Cuidado com a disciplina – Nada mantém tanto a disciplina quanto a observância das regras. O principal cuidado do Professor seja, portanto, que os alunos não só observem tudo quanto se encontra nas suas regras, mas sigam as prescrições relativas aos estudos: o que obterá melhor com a esperança da honra e da recompensa e o temor da desonra do que por meio de castigos físicos” (Ratio Studiorum, 1952).

Pela regra, há uma insistência para que o professor observe o aluno para que este siga as regras determinadas pelos jesuítas através do *Ratio Studiorum*, pois, assim agindo, acreditam que estarão os alunos assimilando um conjunto de procedimentos metodológicos que os levarão a um aprendizado onde os castigos físicos não serão necessários, já que os estudantes estarão sendo motivados constantemente por incentivos metodológicos e não pelo temor do castigo físico, que para os jesuítas seria o último dos recursos.

Decorrente da disciplina, destaca-se em seguida, outra virtude que aparece como fundamental ao aluno jesuíta: seria a sua **aplicação nos estudos**.

No documento *Ratio Studiorum*, há uma preocupação constante em manter o aluno motivado e atento a todas as atividades propostas. Aos Professores das Classes Inferiores, por exemplo, é indicado para que orientem seus alunos para que cultivem o silêncio e a modéstia, evitando passear pela sala de aula, mudar de lugar sem permissão ou necessidade, passar bilhetes, saírem da sala de aula, atividades estas que evidentemente provocariam desconcentração dos estudantes que fazem parte da classe. Ao evitar estas práticas, o professor estará coibindo a possibilidade de vir a serem consideradas ações corriqueiras, por parte dos alunos, o que comprometeria com o passar do tempo, a seriedade e o rigor que marcam a pedagogia jesuítica.

Nas “**Regras dos Escolásticos**”, n.º 02, há uma exigência para que haja uma aliança das virtudes sólidas com os estudos, cabendo ao aluno aplicar-se aos estudos com seriedade e constância. Diz ainda a regra que os alunos não poderão fazer coisa mais agradável a Deus do que se aplicar diligentemente aos estudos. Na seqüência das Regras dos Escolásticos (estudantes), os alunos são orientados a serem assíduos em ouvir as aulas, diligentes em prepará-las e devem repeti-las, perguntar o que não entenderam e tomar nota das coisas. Observações que podem parecer óbvias, mas que reforçam nos alunos a necessidade de uma constante vigilância que, somadas aos outros incentivos propostos pela metodologia, como os prêmios, as disputas e outros, trarão resultados satisfatórios.

A Educação para os jesuítas é encarada com muita seriedade e rigor, buscando sempre se aproximar o máximo possível da perfeição. Portanto, os estudos por parte dos alunos também deveriam ser encarados dessa forma, pois só assim, iriam alcançar o objetivo proposto de um conhecimento sólido e rigoroso. Para isso, havia uma fiscalização constante somada a uma série de estímulos para que os alunos estivessem sempre com a atenção voltada para o estudo. As aulas eram dadas em latim e no período de cinco horas por dia, divididas em duas horas e meia de manhã e duas e meia à tarde. Na primeira hora de aula, o aluno teria que repetir a última preleção sendo fiscalizado pelos decuriões²⁶. Enquanto isso, o professor estaria corrigindo os exercícios elaborados pelos alunos através do estudo privado realizado em casa. Em seguida, o professor lia um autor e comentava com os alunos, ficando de responsabilidade de um dos estudantes repetir o que foi dito, sendo sempre observado pelos outros colegas. Em seguida, segundo o desejo do professor, poder-se-ia promover disputas ou outras atividades que considerasse mais adequadas para aquele momento.

Com essa metodologia, o aluno não teria outra escolha a não ser aplicar-se aos estudos, até porque não daria conta das outras atividades se agisse de forma diferente. Mas acima de tudo, os jesuítas entendiam que o êxito do aluno seria proporcional à sua aplicação nas aulas, já que o objetivo maior da aula, com a leitura e explicação do texto, é que o estudante, de posse dos conhecimentos básicos e no silêncio dos seus estudos privados, pudesse repetir os processos vitais percorridos pelo autor e analisados em aula. Processo este que traria ao aluno, se feito com disciplina e com rigor, um enriquecimento de idéias e a possibilidade de poder compor com originalidade seus próprios textos.

Além da disciplina, assiduidade e da aplicação aos estudos, destaca-se ainda, como uma quarta virtude do aluno dos colégios dos jesuítas, a **obediência**, aqui entendida não só no que diz respeito às regras disciplinares, mas também aos conteúdos propostos pelo documento *Ratio Studiorum*.

²⁶ No seu trabalho, o professor é auxiliado pelos melhores alunos, os decuriões, recolhendo e até corrigindo os trabalhos. Os decuriões que no exército romano, era um corpo de cavalaria e infantaria, composto de dez soldados e que tinha por chefe o decurião. Este cargo, como outros (senadores, tribunos, cônsules, sensores, etc.) são conquistados pelos alunos através do mérito escolar e podem ser alterados a cada um ou dois meses.

Logo nas “**Regras do Provincial**”, n.º 34, encontramos uma exigência que proíbe os estudantes de terem acesso ao que o documento chama de “livros inconvenientes”. Diz a regra, o seguinte:

“Proibição de Livros Inconvenientes. – Tome todo o cuidado, e considere este ponto como da maior importância, que de modo algum se sirvam os nossos, nas aulas, de livros de poetas ou outros, que possam ser prejudiciais à honestidade e aos bons costumes, enquanto não forem expurgados dos fatos e palavras inconvenientes; e se de todo não puderem ser expurgados, como Terêncio, é preferível que não se leiam para que a natureza do conteúdo não ofenda a pureza da alma.”

A regra destaca como sendo este um fator de grande relevância para os jesuítas. O aluno deve se ater aos livros indicados pelo *Ratio Studiorum*, tanto para os Cursos Inferiores como para os Cursos Superiores. É fundamental a obediência aos conteúdos propostos tanto no que diz respeito ao progresso pedagógico, já que os jesuítas são exigentes na escolha das obras clássicas, como também para a assimilação dos bons costumes.

Continua o documento alertando com relação à fidelidade aos livros que devem se utilizar os alunos, especialmente no caso dos cursos de Teologia e de Filosofia. O da Suma Teológica de Santo Tomás de Aquino para os teólogos e de Aristóteles para os filósofos. Além do que, observa o *Ratio Studiorum*, todos os teólogos devem ter o Concílio de Trento e um exemplar da Bíblia entre suas posses.

Para os jesuítas, a regra fundamental que se deseja alcançar com o estudo rigoroso e disciplinado, é a Glória de Deus e o bem das almas. Por isso, deve o estudante se esforçar para guardar a pureza da alma e por ter uma intenção reta em seus estudos. Para isso deve dedicar-se com seriedade, disciplina e rigor aos estudos, mas ao mesmo tempo, manter-se sempre vigilante para não permitir que o conhecimento comprometa o afincamento com que deve amar as virtudes sólidas da vida religiosa. Isto significa dizer, assegurar a

harmonia entre os conteúdos científicos, assimilados no decorrer dos Cursos Inferiores e Superiores, sem perder de vista, os ensinamentos cristãos.

Num contexto de grandes transformações econômicas e culturais, o *Ratio Studiorum* garante, através do cuidado com os livros e os conteúdos ministrados aos alunos, a certeza de que o estudante se pautará pelas grandes autoridades reconhecidas pela Igreja Católica, legitimadas pela doutrina do Concílio de Trento e pela tradição assegurada pelo livro Sagrado.

Nessa perspectiva, os estudantes são também levados a obedecer a um conjunto de normas que contribuem para um comportamento ascético por parte deles, como a oração, o exame de consciência, os sacramentos da penitência e da eucaristia, a missa diária, a assistência aos sermões, o terço diário e a leitura da vida espiritual dos santos. Tudo isso, para que fujam dos maus costumes, evitem os vícios e sejam sempre motivados a praticarem as virtudes dignas de um bom cristão.

Para isso, orienta-se o aluno que mantenha a fidelidade às doutrinas aprovadas pelos grandes doutores da Igreja, como indica a Regra n.º 06, relativa aos “**Professores das Faculdades Superiores**”. De maneira muito clara e concisa, diz a regra:

“Evite-se novidades de opiniões”.

Nas “**Regras dos Escolásticos**”, n.º 03, o aluno é motivado a estudar em conformidade com a direção do Superior. Todos devem ouvir os professores e observar com empenho o horário e o método de estudos prescritos pelo Prefeito ou Professor.

Pensando a partir da sociedade europeia ocidental quinhentista estabelecida segundo uma ordem hierárquica, legitimada pela cultura cristã e incorporada por um novo ideário mercantil, a obediência passa a ser um valor fundamental para o homem daquele período.

Sabe-se, porém, que para os jesuítas em particular, a obediência não terá somente uma justificativa prática-metodológica oriunda de uma exigência mercantil. A obediência para os jesuítas apresenta, acima de tudo, um cunho teórico, fundamentado na própria História da Filosofia. MILLER (1935) afirma que a origem histórica da obediência pode ser encontrada na concepção

hierárquica do universo, justificada em especial na filosofia de Aristóteles, que legitima a hierarquia social como algo natural, o que levaria cada um a se enquadrar no lugar “*natural*” que lhe compete. Essa concepção filosófica de um universo estabelecido hierarquicamente teria contribuído para um reconhecimento espontâneo da obediência por parte do homem europeu ocidental, já que seria uma determinação natural e não social, o que levaria o homem a uma obediência natural. Portanto, além de uma adequação prática às necessidades mercantis, há uma justificativa teórica, assimilada e reconhecida pelos jesuítas na sua proposta pedagógica, que contribui para que o aluno dos colégios assimile com naturalidade a hierarquia e a obediência.

Ao se apresentar as virtudes que o aluno das escolas jesuítas deve cultivar ao longo do processo dos estudos, fica evidente a interdependência entre elas. Disciplina, assiduidade, aplicação e obediência se interagem na busca de um fim. Uma acaba por exigir a outra, levando o aluno a uma prática de estudo rigoroso e disciplinado. Mas fará isto, obedecendo aos seus superiores, às regras, às normas e aos conteúdos estabelecidos pelo *Ratio Studiorum*. Tudo visando contribuir para que o aluno aprofunde teoricamente e incorpore nas suas ações as virtudes sólidas da vida religiosa, harmonizando o conjunto de teorias científicas com a prática do bom cristão. Ciência e fé colaborando para enaltecer intelectualmente o homem, para que possa servir a Deus, aos outros homens e salvar a sua alma.

3.4. CONTEÚDOS DO ESTUDO

Quais seriam, então, os conteúdos propostos pelo *Ratio Studiorum* para os Cursos Inferiores e Superiores? Neste momento do trabalho, deseja-se explicitar os conteúdos que auxiliariam, segundo o *Ratio Studiorum*, na formação intelectual do estudante, dando a ele um conhecimento apurado e profundo, passando por etapas bem definidas e culminando com a aquisição de um conjunto de habilidades que, segundo os jesuítas, o capacitaria a elaborar com competência seus próprios textos. Serão expostos os conteúdos tanto dos Cursos Inferiores (Gramática Inferior, Gramática Média, Gramática Superior, Humanidades e Retórica) como para os Cursos Superiores (Teologia e Filosofia). Inicia-se pelos Cursos Inferiores: o *Ratio Studiorum* os divide em cinco classes distribuídas da seguinte maneira:

Primeira classe: Gramática Inferior.

Segunda classe: Gramática Média.

Terceira classe: Gramática Superior.

Quarta classe: Humanidades.

Quinta classe: Retórica.

Com relação aos conteúdos, estão assim organizados:

Na Gramática Inferior: o objetivo é a busca de um conhecimento perfeito dos elementos da gramática e um conhecimento inicial da sintaxe. Neste início de trabalho, começa o professor, com as declinações e vai até a construção comum dos verbos.

Na Gramática Média: o objetivo é que o professor conduza o aluno na busca por um conhecimento, ainda que imperfeito, de toda a gramática.

Na Gramática Superior: neste estágio do processo educativo, o objetivo é o conhecimento perfeito da Gramática.

No Curso de Humanidades: a finalidade desta classe é preparar o terreno da eloquência a todos aqueles que terminaram a gramática. Para este fim, o professor utilizará três meios: o conhecimento da língua, alguma erudição e uma breve introdução aos preceitos da Retórica, já preparando o estudante para a classe seguinte.

Finalmente, no último grau do Curso Inferior, o de Retórica, deverá o professor, capacitar o aluno a ter condições de apresentar uma expressão perfeita, em prosa e verso, ter conhecimentos teóricos e práticos dos preceitos da arte de bem dizer, além de um conhecimento mais rico de História, Geografia, Mitologia, Etnologia, Arqueologia e instituições greco-romanas, conhecimentos estes, de que o professor se utilizará para ajudar o aluno a compreender melhor o autor trabalhado.

Pela proposta do *Ratio Studiorum*, a duração dos cursos de Gramática Inferior, Gramática Média e Gramática Superior, somados aos cursos de Humanidades e de Retórica, seria de um total de cinco anos. Mas o que determinaria a passagem de um grau para outro, não seria o término do ano, mas sim, a soma de conhecimentos adquiridos. Nesse caso, os Cursos Inferiores poderiam se estender por até sete anos, ficando a cargo do Reitor o julgamento final para determinar se o aluno passaria ou não para a classe seguinte.

No final, o que se almejava com os conteúdos propostos pelo *Ratio Studiorum* para os Cursos Inferiores, seria contribuir para que o aluno desenvolvesse a arte da compreensão, tanto oral como na escrita.

As classes de Gramática, mais especificamente, teriam por objetivo a busca por uma expressão clara e exata do aluno, enquanto o propósito da classe de Humanidades seria trabalhar a expressão rica e elegante, fechando com a classe de Retórica, que teria como objetivo, alcançar no aluno uma expressão fundamentada e convincente.

Com estes objetivos definidos, o *Ratio Studiorum* orienta seu processo pedagógico, especificamente no caso dos Cursos Inferiores, com conteúdos que privilegiem pensadores da Antiguidade Clássica²⁷, distribuídos da seguinte maneira:

Na Gramática Inferior, são indicadas as cartas mais fáceis de Cícero e as primeiras noções de Grego.

²⁷ O termo **Antiguidade Clássica** refere-se a um longo período da História da Europa que se estende aproximadamente do século VIII a.C., com o surgimento da poesia grega de Homero, à queda do Império romano do ocidente no século V d.C., mais precisamente no ano 476. No eixo condutor desta época, que a diferencia de outras anteriores ou posteriores, estão os factores culturais das suas civilizações mais marcantes, a Grécia e a Roma antigas. (http://pt.wikipedia.org/wiki/antiguidade_Cl%C3%A1ssica)

Na Gramática Média, as cartas de Cícero e as poesias mais fáceis de Ovídio e o Catecismo Grego;

Na Gramática Superior, são indicadas no primeiro semestre, as Cartas mais importantes de Cícero; no segundo semestre, ainda Cícero, De senectute, De amicitia e Paradoxo; quanto à poesia, no primeiro semestre, trechos seletos de Catulo, Tibulo, Propércio, Eclogas de Virgílio. Em grego são indicados São Crisóstomo, Esopo e Agapito.

Nas Humanidades, em Latim, são indicados Cícero e obras de Filosofia Moral, tudo isto no primeiro semestre; no segundo semestre, são indicadas algumas orações de Prolege Manila, Pro Archia, Pro Marcello, dos historiadores Cesar, Salustio, Tito Lívio e Curcio; dos poetas as indicações são, principalmente, de Virgílio e outros poetas clássicos.

Em Grego, no primeiro semestre, as indicações são as orações de Isócrates, São Crisóstomo, São Basílio, as epístolas de Platão, Sinésio e trechos de Plutarco; no segundo semestre, poesias de Focélides, Teognides, São Gregório Nazianzeno, Sinésio e outros.

Para encerrar, na Retórica é indicado o Tratado do Padre Cipriano Soares. Quanto ao Grego, são indicados somente os clássicos.

Dando seqüência à proposta de explicitação dos conteúdos sugeridos no documento pedagógico dos jesuítas, seguem-se, agora, os conteúdos propostos aos Cursos Superiores.

Quanto à Filosofia, o *Ratio Studiorum* propunha uma duração total do curso de três anos, distribuídos da seguinte maneira:

No primeiro ano, o aluno teria a disciplina de Lógica e Introdução às Ciências, ministradas por um professor com duas horas por dia.

No segundo ano, o aluno teria as disciplinas de Cosmologia, Psicologia e Física com duas horas por dia e ainda a disciplina de Matemática com uma hora por dia.

No terceiro ano, o aluno continuaria com a disciplina de Psicologia e seriam acrescentadas as disciplinas de Metafísica e de Filosofia Moral, com dois professores com duas horas por dia cada um.

O tempo de duração do curso de Teologia era de quatro anos, distribuídos da seguinte maneira:

Teologia Escolástica: esta disciplina era ministrada durante o período de quatro anos, tendo à frente dois professores, cada um com quatro horas por semana.

Teologia Moral: a duração desta disciplina era de dois anos, com aulas diárias de duas horas por dia.

Sagrada Escritura: disciplina com duração de dois anos, com aulas diárias.

Hebreu: esta disciplina seria ministrada somente durante um ano, com duas horas por semana.

A orientação para os Cursos Superiores visa uma sólida e profunda sistematização do pensamento escolástico, buscando claramente uma introdução definitiva da “Summa Theologica” de Santo Tomás de Aquino²⁸ como livro texto, substituindo Pedro Abelardo²⁹ com o seu “Livros das Sentenças”. Deve-se dizer que os séculos XIV e XV assinalaram um período de decadência da escolástica que havia atingido seu período de grande apogeu no século XIII. No entanto, ocorre nos primeiros anos do século XVI um grande movimento de restauração do pensamento escolástico, tendo a Universidade de Paris como seu grande centro. Dentre os seguidores parisienses da escolástica, estava Inácio de Loyola, além de outros companheiros seus que contribuíram na orientação filosófica e teológica da Ordem dos jesuítas.

Ilustra-se esta tendência ao tomismo, com a Segunda Regra encontrada nas “**Regras do Professor de Teologia**”, que diz o seguinte:

“Seguir Santo Tomás – Em teologia Escolástica sigam os nossos religiosos a doutrina de Santo Tomás; considerem-no como Doutor próprio, e concentrem todos os esforços para que os alunos lhe cobrem a maior estima”.

²⁸ É uma das figuras mais destacadas do pensamento Cristão Medieval. Elaborou os princípios da Doutrina cristã tendo como base filosófica o pensamento de Aristóteles. A Summa Teológica é considerado um de seus mais importantes livros.

²⁹ No decorrer do século XII a Filosofia e a Teologia tendem a centralizar-se em Paris, com pensadores de grande destaque. Dentre eles Pedro Abelardo. Seu “Livros das Sentenças”, tornou-se fundamental na cultura filosófica medieval, sendo objeto de inúmeros comentários até fins do século XVI.

A nova Ordem, portanto, desde o seu nascimento, orientou-se pela sistematização escolástica³⁰, e segundo Leonel FRANCA (1952), depois da Ordem dos Dominicanos, foi a primeira família religiosa que escolheu Santo Tomás para seu Doutor próprio. Além de seguir Santo Tomás, considerado um dos grandes doutores da Igreja, indica-se ainda ao professor que procure seguir as orientações dos Papas, dos Concílios e dos Santos Padres, procurando sempre que possível confirmar suas orientações com o auxílio da Sagrada Escritura.

No caso do professor de Filosofia, a orientação é que deve seguir Aristóteles, a não ser quando algum argumento deste filósofo ou de outro pensador venha a contrariar a fé.

Deve também ter o professor, o cuidado de procurar evitar os intérpretes de Aristóteles, como por exemplo, o Árabe Averróis³¹. No caso deste pensador, o cuidado é tanto que existe nas **“Regras do Professor de Filosofia”**, uma orientação dedicada somente a ele. Diz a Regra, n.º 4, o seguinte:

“Por essa mesma razão não reúna em tratado separado as digressões de Averróis (e o mesmo se diga de outros autores semelhantes) e, se alguma coisa boa dele houver de citar, cite-a sem encômios e, quando possível, mostre que hauriu em outra fonte.”

Também na Regra n.º 5, ainda referente às **“Regras do Professor de Filosofia”**, o documento *Ratio Studiorum* continua sendo muito claro e incisivo com relação aos autores ao afirmar o seguinte:

“Não se filiar em seita filosófica. Não se filie nem a si nem a seus alunos em seita alguma filosófica como a dos

³⁰ Segundo GILSON (1982), o termo Escolástica propicia espaço para uma variedade de correntes em toda a História da Filosofia. No entanto, ela se atém a certos princípios que a definem. Refere-se aqui a um pensamento filosófico que tem como base a filosofia de Santo Tomás de Aquino, considerado o maior expoente da Escolástica.

³¹ Nascido em Córdoba (1126-1198), Averróis foi jurista, médico e, sobretudo, um grande comentador de Aristóteles. Em uma das suas principais obras *“Tratado Decisivo sobre a concordância entre Filosofia e Religião”*, diz que tem confiança ilimitada na Razão e repete com Aristóteles, a eternidade do mundo, negando a imortalidade da alma em particular. Fica evidente que sua filosofia passou a ser fonte de grandes preocupações para as autoridades eclesiásticas e de grandes debates para os mestres parisienses.

Averroistas, dos Alexandristas, e semelhantes; nem dissimule os erros de Averróis, de Alexandre e outros, antes tome daí ensejo para com mais vigor diminuir-lhes a autoridade.”

Já com relação a Santo Tomás, a exemplo do que acontece com os professores de Teologia, o documento não deixa dúvidas quanto à predileção dos jesuítas. Diz a Regra n.º 6, o seguinte:

“De Santo Tomás, pelo contrário, fale sempre com respeito; seguindo-o de boa vontade todas as vezes que possível, dele divergindo, com pesar e reverência, quando não for plausível a sua opinião”.

Como se pode perceber pelo exposto, há uma profunda e extensa influência da antiguidade clássica nos conteúdos programáticos das escolas jesuítas, em especial, nos Cursos Inferiores. Seguindo o exemplo da Renascença europeia ocidental, que se caracterizou pela volta entusiasmada do pensamento clássico, também os jesuítas, rechearam a sua proposta pedagógica com a marca do pensamento clássico antigo, fundamentando seu ensino com a autoridade reconhecida em verso e prosa, das obras dos grandes pensadores da cultura greco-romana.

Estando as regras estabelecidas e os conteúdos determinados, segue-se a metodologia proposta pelos jesuítas, que teria a tarefa de viabilizar e facilitar o conhecimento ao estudante das escolas jesuítas.

3.5. METODOLOGIA DOS ESTUDOS

Segundo o estudioso dos jesuítas, Leonel FRANCA (1952), a metodologia é a parte mais interessante e mais desenvolvida do *Ratio Studiorum*. Explicita-se algumas de suas principais características, já que muito de suas propostas metodológicas tornaram os jesuítas famosos e respeitados por todo o mundo e considerados modelo para a pedagogia contemporânea e motivo de debates e estudos. Portanto, expor a metodologia proposta pelo *Ratio Studiorum* é não só buscar as origens de muitas das nossas atitudes dentro das salas de aulas, mas também refletir sobre a contemporaneidade dos métodos criados há vários séculos e o seu valor na pedagogia atual.

Conforme já mencionado, o tempo de estudo dedicado em sala de aula é de cinco horas, sendo duas horas e meia de manhã e duas horas e meia à tarde, distribuídas com as seguintes atividades:

- a primeira hora da manhã é dedicada à repetição feita pelos alunos, referente à última preleção³² realizada pelo professor. Enquanto os alunos repetem o conteúdo da última lição, observados e avaliados pelos outros alunos, o professor estará corrigindo os exercícios escritos, recolhidos no início das aulas. Terminada a repetição, o professor prescreve outros trabalhos aos alunos;
- a segunda hora matutina da aula é dedicada a uma nova preleção, momento que o professor irá indicar a lição, explicando o que o aluno deverá estudar. Caso ainda sobrar algum tempo, o professor poderá, a seu critério, iniciar um desafio ou uma revisão do que se escreveu na primeira hora;
- à tarde, na primeira hora, depois da repetição da preleção anterior realizada na manhã, decorre uma nova preleção seguida da repetição habitual e
- na segunda hora da tarde, depois da repetição da última lição de um autor grego, explica-se e toma-se do aluno a nova lição; o tempo restante será empregado ou na correção de exercícios gregos ou no desafio, ficando a escolha a cargo do professor.

³² Como o próprio nome indica, é uma lição antecipada pelo professor do que o aluno deverá estudar. Dada a importância deste método no sistema didático do Ratio, se fará mais à frente, uma explanação mais detalhada da preleção.

Os estudos sempre são encarados e desenvolvidos com muito rigor e com grande disciplina, por isso a insistência na observação das regras do *Ratio Studiorum*. Constantemente os alunos são vigiados para que sigam as regras e prescrições relativas aos estudos.

Os alunos teriam a obrigatoriedade de aprender o latim, de manter a frequência às aulas, de seguir as regras estabelecidas quanto à elaboração dos exercícios propostos, sendo responsáveis ainda pela tranquilidade e pelo silêncio na sala de aula.

Além dessas obrigações relativas aos estudos, caberia aos alunos uma série de regras destinadas à espiritualidade, tais como a oração, a participação nos sacramentos, a reza do terço diário, a leitura da vida dos santos e deveriam ainda, preocupar-se em evitar os vícios, cultivar as boas companhias e se afastar das más, evitando mentiras, jogos proibidos e tudo que os afastasse dos bons costumes.

Diante de tantas regras a serem seguidas pelos alunos, os jesuítas criaram uma série de incentivos com o fim de motivar os alunos ao estudo com o máximo de aplicação e rigor. Expõe-se a seguir, algumas destas propostas motivacionais.

3.5.1. EXERCÍCIOS EM SALA DE AULA

Reconhecido como um método de grande eficácia, o *Ratio Studiorum* propõe diariamente exercícios durante as aulas. Os alunos nunca ficam sem ter o que fazer, já que estarão o tempo todo envolvidos com tarefas propostas pelos professores. Enquanto o professor corrige os trabalhos escritos, os alunos fazem exercícios que, no geral, consistem no seguinte: imitar um trecho de algum orador ou poeta; ou fazer uma descrição ou variar a mesma frase de diferentes modos; traduzir um trecho de prosa grega em latim ou vice-versa; ou ainda, poderão exprimir em prosa latina ou grega os versos de um poeta; passar uma forma poética para outra; compor epigramas, inscrições, epitáfios, respingar frases gregas ou latinas de bons oradores e poetas; adaptar certos assuntos ou figuras de retórica: tirar dos tópicos e lugares retóricos vários argumentos para um determinado assunto. (Ratio,1952)

Estes exercícios são propostos pelos Professores dos Cursos Inferiores, da Gramática Inferior à Retórica. Mesmo estando o professor ocupado com as correções das tarefas escritas, os alunos estarão sempre envolvidos na elaboração de algum trabalho. São atividades direcionadas pelo professor, segundo a necessidade que ele observar e dentro de uma flexibilidade que lhe permita aprofundar as línguas latina ou grega, textos em prosa ou em verso.

3.5.2. EMULAÇÃO

Além dos exercícios propostos em sala de aula, outra característica metodológica dos jesuítas, de reconhecida valia, é a *emulação*³³. Todas as salas de aula eram divididas em dois campos, tendo de um lado os romanos e, do outro lado, os cartagineses³⁴. De cada lado, havia diferentes graus de hierarquia militar, que o aluno receberia de acordo com seu desempenho escolar.

Cada aluno tinha no campo adversário um rival que teria a função de corrigi-lo. Quando um determinado aluno corrigisse o seu respectivo adversário do campo oposto, acrescentaria uma vitória para o seu lado. Além dessa disputa individual, também poderiam ocorrer disputas entre uma classe contra a outra imediatamente superior.

A emulação era uma recomendação para todas as escolas inferiores e sua indicação está presente em várias regras do *Ratio Studiorum*³⁵. A seguir, são expostas duas regras presentes nas “**Regras aos Professores das Classes Inferiores**”, que ajudam a compreender o sentido da disputa.

Regra n.º 31 – “Desafio – O desafio que poderá organizar-se ou por perguntas do Professor e correção dos êmulos, ou por perguntas dos êmulos entre si deve ser tido em grande conta e posto em prática sempre que o permitir o tempo afim de alimentar uma digna emulação que é de grande estímulo para os estudos. Poderá bater-se um contra um, ou grupo contra grupo, sobretudo dos oficiais, ou um poderá provocar a vários; em geral um particular provocará outro particular, um oficial outro oficial; um particular poderá às vezes conquistar sua graduação, ou outro prêmio ou símbolo de vitória,

³³ Palavra de origem latina (aemulatione) que, segundo o dicionário Aurélio, quer indicar um sentimento que nos incita a igualar ou superar outrem. Competição, rivalidade, concorrência. Também quer significar estímulo e incentivo.

³⁴ Durante o século III a.C., ocorreram três Guerras Púnicas entre Romanos e Cartagineses, terminando com a destruição de Cartago, cidade localizada no norte da África.

³⁵ Regras do Professor de Retórica n.º 12;
Regras do Professor de Humanidades n.º 07;
Regras do Professor de Gramática Superior n.º 10;
Regras do Professor de Gramática Média n.º 10 e
Regras do Professor de Gramática Inferior n.º 09.

conforme o exigir a dignidade da classe e o costume da região”.

Esta regra trata, especificamente, da disputa entre estudantes de uma mesma classe. Em seguida, o *Ratio Studiorum* sugere uma regra, ainda nas **“Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores”**, que indica agora, uma disputa que pode ocorrer entre classes. Diz a regra, o seguinte:

Regra n.º 34 - “Desafio com a classe imediata – algumas vezes no ano, em dia escolhido pelo Prefeito dos Estudos Inferiores, haja por uma hora desafio com a classe imediata sobre os pontos comuns a ambos e sob a direção de ambos os Professores. Dois, três ou mais dentre os melhores alunos de uma ou outra classe sustentarão o debate ou preparados de antemão por perguntas e respostas sobre um assunto preestabelecido, ou por perguntas feitas livremente ou também com respostas às dificuldades feitas pelo adversário sobretudo na Retórica”.

Os jesuítas sofreram grandes críticas³⁶ em seu propósito de utilizar a emulação como um método de aprendizagem. Os opositores a esta proposta metodológica argumentavam que o desejo de superar o outro ou mesmo de conquistar o prêmio poderia desvirtuar o jovem a querer praticar um possível ato bom. Criaria, portanto, um clima de rivalidade e animosidade, movido por um espírito de disputa que envolveria toda a classe, colaborando para um individualismo e uma inimizade entre eles.

Os jesuítas respondiam às críticas argumentando que, na justa emulação, a boa moral recomenda que não se queira sobrepujar, no rival, o homem, mas o bem que ele pratica, buscando assim, um bem maior. Não consiste na sua essência, entendiam os jesuítas, numa proposta de busca por

³⁶ Os maiores críticos da emulação foram os Jansenistas (movimento que se desenvolveu principalmente na França e na Bélgica, nos séculos XVII e XVIII, em reação a certas doutrinas e práticas da Igreja Católica), que diante de uma visão pessimista da natureza humana, entendiam que esta proposta pedagógica reforçaria este lado humano negativo. Também filósofos moralistas entendiam que o desejo do prêmio desvirtuaria o ato bom, além de pedagogos que entendiam que a emulação abriria margem para vaidades, invejas e ambições (FRANCA, 1952).

uma concorrência em si, como sendo ela, por si só, o bem absoluto a ser alcançado. No conjunto de um modelo de homem proposto por uma Educação ordenada, voltada com rigor para um ensino sério que busca tratar todos os alunos com igualdade de condições, o que se deseja, não é motivar o aluno à rivalidade, mas motivá-lo para que alcance grandes bens para todos.

Como se observa nas regras já expostas anteriormente, Regras n.ºs 31 e 34, do *Ratio Studiorum*, os jesuítas entendiam que a emulação, orientada com equilíbrio e bom senso, antes de provocar os riscos maléficis de uma possível inimizade entre os jovens, fazia com que os alunos estivessem sempre muito vigilantes seja, para não errar ou para encontrar no adversário um possível erro.

O desafio, portanto, manteria o aluno ativo e vigilante em sala de aula, pois seria imperativo que conhecesse o conteúdo ministrado para que pudesse participar de maneira efetiva colaborando para o seu crescimento pessoal, para o campo a que pertencesse, ou ainda, para responsabilidade que teria no momento de representar sua classe nas disputas com a classe adversária.

Caberia ao professor determinar e orientar o embate. De acordo com sua percepção, poderia haver disputas de um aluno contra o outro, ou de um grupo contra outro grupo. Caso houvesse um aluno que se destacasse, o professor teria a opção de criar uma disputa dentro da disputa. Um aluno menos graduado, poderia provocar outro aluno mais graduado e, caso o vencesse, conquistaria sua graduação. Cabe ressaltar o grau de responsabilidade e de estímulo que este tipo de disputa poderia acarretar em ambas as partes. O menos graduado, em conseguir superar o oficial, enquanto que o oficial teria a responsabilidade de defender a sua patente demonstrando ser merecedor dela.

Nessas disputas, ocorre uma constante rotatividade nos cargos ou na graduação dos alunos. O estudante lutaria para a conquista de seu prêmio sabendo que ao conquistá-lo teria que estar sempre vigilante para conservá-lo e ser merecedor de sua graduação, já que poderia perdê-la na próxima disputa.

Segundo a Regra, n.º 34, do *Ratio Studiorum*, caberia ainda ao “Prefeito dos Estudos Inferiores”, escolher algumas vezes no ano, um dia para que ocorresse uma disputa de uma classe contra a outra classe imediatamente

seguinte, de conteúdos trabalhados em comum pelas duas classes e sob a orientação de ambos os professores.

A disputa entre classes deveria, inevitavelmente, aquecer as disputas no interior de cada classe, já que o êxito de um campo ou de outro representaria o crescimento da classe como um todo, tornando-a mais preparada, competitiva e confiante para as disputas entre classes.

No mais, havia ainda o instigante e motivador interesse da classe anterior em vencer a disputa de uma classe que, em tese, estaria à sua frente. Por sua vez, a classe imediatamente à frente teria como grande responsabilidade fazer jus à sua condição de classe mais avançada.

Cabe ainda, uma alusão aos professores envolvidos na disputa responsáveis pelo preparo de cada classe. Também eles deveriam se sentir diretamente desafiados, motivados e participantes das disputas, já que o embate tem como objeto, os conteúdos desenvolvidos nas preleções em suas respectivas salas. Mesmo durante as aulas, a exemplo do professor contemporâneo que motiva seus alunos com o incentivo das notas, do desafio em passar nos vestibulares e outros recursos mais, supõe-se que também os professores das escolas jesuítas se sentissem motivados e incentivassem seus alunos a estarem constantemente vigilantes para obterem êxitos nas disputas.

Leonel FRANCA (1952) colabora com sua opinião sobre esta proposta metodológica dos jesuítas, sugerindo que também na vida a concorrência é uma experiência presente e contínua:

“Desde os prêmios científicos e louros literários até as taças de campeonatos desportivos, desde as condecorações militares até as medalhas das exposições industriais ou agrícolas, todas as atividades do homem que vive em sociedade sentem-lhe o agulhão poderoso, impulsionador de incentivos fecundos e de invenções benfazejas”.

A questão é que os jesuítas tornaram a emulação uma grande aliada da sua proposta pedagógica fazendo da disputa não um fim em si, mas um instrumento usado com critério pelo professor na busca de um bem maior. Os jesuítas confiavam que os resultados pedagógicos e morais, alcançados com a

ajuda da rivalidade como incentivo, levariam os estudantes a um progresso humano que contribuiria para as grandes e duras concorrências da vida.

FRANCA (1952) concorda com o ponto de vista dos jesuítas em relação às disputas como parte da pedagogia e colabora concluindo com o seguinte comentário:

“Não obstante o sobrececho de certos filósofos, que não se reconciliam com a realidade, a emulação foi, é e será sempre um dos estímulos mais ativos ao aperfeiçoamento e progresso do homem. Os jesuítas o compreenderam e, com rara felicidade, o aplicaram à Educação da juventude”.³⁷

³⁷ FRANCA (1952) página 71

3.5.3. PRÊMIOS

Continuando com os incentivos propostos pelos jesuítas, como parte integrante da metodologia presente no *Ratio Studiorum*, encontram-se no documento, referências quanto à distribuição de *prêmios*. Premiar os alunos acabou por se tornar outro incentivo poderoso para o êxito da Educação.

Ciente dos resultados positivos, fruto das experiências realizadas e diante da importância que este instrumento foi adquirindo no processo pedagógico das diferentes Escolas, os jesuítas dedicaram normas minuciosas relativas aos prêmios no *Ratio Studiorum*. Em “**Regras do Reitor**”, n.º 14, lê-se o seguinte:

“Cada ano pode haver uma distribuição pública de prêmios, contanto que corram as despesas por conta de homens ilustres e sejam moderadas, em proporção com o número de aulas e a natureza do Colégio. Na distribuição de prêmios far-se-á menção honorífica dos que cobriram as despesas. Cumpre zelar com muito cuidado para que os alunos, com preparação para semelhantes festas, não venham a sofrer algum detrimento moral e intelectual”.

Nas “**Regras do Prefeito de Estudos Inferiores**”, o *Ratio Studiorum* deixa evidente a importância dos prêmios como incentivo para os alunos. A Regra n.º 35, alerta ao Prefeito de Estudos para que fique atento à distribuição dos prêmios. A regra diz o seguinte:

Regra n.º 35 – “Prêmios Públicos – Lembre a tempo ao Superior a distribuição de prêmios e as declamações ou diálogos que, então, porventura, se devem realizar...”

Ainda nas “**Regras do Prefeito de Estudos Inferiores**”, n.º 36, os jesuítas demonstram a confiança na eficácia que a entrega de prêmios significa para incentivar os alunos nos estudos. Orientam os professores para que não esperem apenas os prêmios públicos, mas que se utilizem constantemente

desse incentivo com pequenos prêmios, cabendo ao professor encontrar as ocasiões para criarem e aplicarem estes incentivos. A Regra n.º 36, assim prescreve:

“Procure também que, além dos prêmios públicos, os Professores estimulem em suas aulas os alunos com pequenos prêmios particulares, ou outros símbolos de vitória dados pelo Reitor do Colégio e que sejam merecidos por quem venceu o adversário ou aprendeu de cor um livro inteiro, ou realizou algum outro esforço notável”.

Quanto à distribuição dos prêmios, os jesuítas respeitavam as seguintes disposições, estabelecidas e presentes no *Ratio Studiorum*. Para a Classe de Retórica, o último grau das Classes Inferiores, haveria oito prêmios, distribuídos da seguinte maneira: dois prêmios seriam dedicados a quem se destacasse na prosa latina e dois prêmios para aqueles que se destacassem na poesia; mais dois prêmios para os destaques da prosa grega e os outros dois para a poesia. Já com relação à Classe de Humanidades e a Primeira Classe de Gramática seriam seis prêmios a serem distribuídos entre elas. Para todas as outras Classes Inferiores, seria distribuído um total de quatro prêmios.

Evidente que em função da expectativa criada com a distribuição dos prêmios, as provas elaboradas pelos alunos deveriam ser sigilosas para que os julgadores não soubessem os autores de cada prova, evitando assim qualquer indício de favorecimento. Para isto, os jesuítas estabeleceram uma série de cuidados evitando que os professores pudessem identificar os autores dos trabalhos antes de atribuírem as notas.

Escolhidas as melhores provas, seria marcado o dia para a entrega dos prêmios e se fazia a entrega com grandes solenidades, nas quais seriam chamados publicamente os nomes dos vencedores, na presença de autoridades civis, religiosas e familiares. Pela pompa que envolvia a cerimônia, pode-se deduzir que a própria cerimônia de entrega dos prêmios, por si só, já seria um grande incentivo aos alunos.

No todo da proposta pedagógica, os prêmios acabaram por contribuir como outro grande incentivo à emulação e esta um grande incentivo para a dedicação e aplicação dos alunos aos estudos. Reforça-se que os jesuítas

eram avessos aos castigos físicos e, por isso, buscavam nos incentivos das disputas e dos prêmios, o retorno necessário para que não tivessem de utilizar outros recursos menos significativos pedagogicamente.

Confiantes nos resultados adquiridos a partir das experiências dos inúmeros colégios dos quais se basearam e que resultou na elaboração do *Ratio Studiorum*, os jesuítas deixam claro acreditarem que era com os incentivos e nunca com os castigos que os alunos poderiam incorporar o interesse pelos estudos. Confiantes neste ideal, havia por parte dos jesuítas a preocupação de estarem sempre por perto dos estudantes, para que, através da constante vigilância e conscientização, os alunos nunca perdessem o interesse e, por conseqüência, a vontade e o ânimo de estudar. Neste caso, motivado para o estudo, não seria necessário utilizar-se dos castigos para resgatar o aluno de um possível desvio. Deve-se ressaltar ainda, a importância do professor neste processo, já que era ele que estaria em contato diário e constante com os estudantes. Não só com relação à conscientização através dos constantes diálogos, mas também com os exemplos durante o dia de trabalho.

Nas “**Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores**”, n.º 40, quanto ao modo de castigar, os jesuítas não conseguem esconder o desagrado em considerarem o castigo como uma possibilidade dentre outras. Por isto, a regra já no seu conteúdo é cautelosa e chega a propor a dissimulação como uma alternativa dentro da alternativa. Cabe ler a regra, nas linhas e nas entrelinhas³⁸. Diz a regra o seguinte:

“Modo de Castigar. – Não seja precipitado no castigar nem demasiado no inquirir; dissimule de preferência quando o puder sem prejuízo de ninguém; não só não inflija nenhum castigo físico (este é ofício do corretor) mas abstenha-se de qualquer injúria, por palavras ou atos; não chame ninguém senão pelo seu nome ou cognome; por vezes é útil em lugar do castigo acrescentar algum trabalho literário além do exercício de cada dia; ao Prefeito deixe os castigos mais severos ou menos costumados, sobretudo por faltas

³⁸ O *Ratio Studiorum* indica que o corretor não seja nunca o professor e que de preferência seja ele de fora do colégio.

cometidas fora da aula, como a ele remeta os que se recusam aceitar os castigos físicos, principalmente se forem mais crescidos.” (Ratio Studiorum – 1952).

3.5.4. ACADEMIAS

Na seqüência, ainda no que diz respeito aos incentivos que marcam a proposta metodológica, destaca-se o que os jesuítas denominaram de *Academias*.

Nas “**Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores**”, n.º 45, lê-se o seguinte:

“Com a aprovação do Reitor, institua Academias de acordo com as regras especialmente escritas para este fim, e nelas se reúnam os alunos, sobretudo nos dias festivos, a fim de evitar a ociosidade e as más companhias”.

Com relação às Academias, tinham os jesuítas a intenção de reunir um grupo seletivo de estudantes, escolhidos pelo talento e pela aplicação, dedicados nos estudos e na piedade, servindo seus representantes, de exemplos para os outros estudantes. As Academias teriam ainda a finalidade de incentivar o gosto pela investigação científica, possibilitando aos estudantes avançarem além das obrigações das aulas diárias.

Segundo as Regras determinadas pelo *Ratio Studiorum* para as Academias, somente seriam escolhidos como membros aqueles alunos que se destacassem nas virtudes cristãs, na aplicação comprovada nos estudos e na observância da disciplina escolar.

As Academias eram indicadas tanto nos Cursos Superiores como nos Cursos Inferiores. Era proposta pelo *Ratio Studiorum* uma Academia unindo os estudantes tanto do curso de Teologia como também os alunos do curso de Filosofia e, uma Academia para os alunos de Retórica e de Humanidades e uma terceira Academia abarcando todos os graus de Gramática.

Além do fato das Academias representarem um incentivo a mais para os estudantes, já que o aluno teria que conquistar uma vaga com seu desempenho, elas também possibilitariam um espaço na escola para que o aluno despertasse o gosto pela investigação e pudesse espontaneamente produzir, com alguma originalidade, seus próprios trabalhos. Era uma

possibilidade que o aluno teria para ir além daquilo que as aulas ordinárias lhe permitia.

É importante dizer que, ao aluno das Academias, a exigência e a dedicação tornavam-se muito maiores se comparados aos alunos das aulas ordinárias. Além de darem conta das tarefas diárias, que já não eram poucas, teriam também que responder às tarefas propostas pela Academia. A Regra n.º 06 da Academia, presente no *Ratio Studiorum*, determina que os alunos que faltarem ou não se empenharem nos exercícios deveriam ser despedidos. Considerando que os encontros das Academias não deviam perturbar os horários das aulas diárias, as reuniões acabavam sendo realizadas aos domingos ou nos feriados. Isto significava que, para o aluno da Academia, além de ter mais tarefas, teria menos tempo para realizá-las ou mesmo para estudar, obrigando-o a uma rigorosa disciplina de horários e um empenho dobrado nos estudos.

No entanto, não fica difícil supor o status que daria ao aluno pertencer às Academias e o incentivo que este objetivo constante, tanto nos Cursos Inferiores quanto nos Cursos Superiores, causaria aos alunos das escolas jesuítas.

3.5.5. ESTUDO PRIVADO

Comentou-se que o aluno da Academia teria uma responsabilidade maior frente aos outros em função das inúmeras tarefas a que estava obrigado a cumprir. No entanto, isto não pode tirar o mérito das tarefas propostas pela pedagogia do Ratio para os alunos das aulas ordinárias que, como já visto, eram extensas e diárias e só seriam cumpridas com competência e êxito se o aluno se dedicasse aos estudos em casa; caso contrário, não seria possível cumprir as tarefas e nem mesmo acompanhar com sucesso o processo que envolvia a proposta pedagógica. A partir desta certeza, os jesuítas determinaram outro componente considerado fundamental na metodologia e tido como imprescindível para o aprendizado do aluno. Trata-se do **estudo privado**.

A vigilância em relação à presença dos alunos nas aulas, os constantes incentivos propostos, a exigência das tarefas e atividades, ainda assim, seriam insuficientes se não fosse a prática do estudo privado. Os jesuítas tinham essa consciência e por isso era sumamente exaltado como uma obrigação que deveria ser sempre exigida pelos professores aos seus alunos. Está prescrito como uma “**Regra ao Prefeito de Estudos**”, n.º 27, do *Ratio Studiorum*, para que o Prefeito de Estudos considere no método, o ensino privado.

Prescreve a Regra o seguinte:

“Aos nossos escolásticos, aos internos e externos por meio de seus Professores não só prescreva o método de estudar, respeitar e disputar, senão também distribua o tempo de modo que aproveitem bem as horas reservadas ao estudo privado”.

Outra referência importante aos estudos privados pode ser encontrada nas “**Regras do Prefeito de Estudos dos Cursos Inferiores**”. A Regra n.º 30, do *Ratio Studiorum*, prescreve o seguinte:

“É de grande importância que não só aos nossos estudantes mas também aos alunos internos e, se possível, também aos

externos, o Prefeito, por meio dos Professores ou dos outros Prefeitos dos respectivos colégios, lhes determine um horário que reserve um bom tempo ao estudo privado”.

As duas regras anteriores deixam claro o valor dado pelos jesuítas ao estudo privado. Observa-se que há uma preocupação muito grande por parte da pedagogia jesuítica para que os alunos participem diariamente das aulas, mas fica evidente que o estudo privado diário é considerado fundamental para que o estudante possa assimilar de forma eficaz e significativa todos os conteúdos explicitados durante as aulas, através das disputas, dos desafios, dos exercícios e etc. É neste momento que o aluno retomará os apontamentos da aula e determinará de maneira efetiva o grau de assimilação. Por isto, é indicado ao professor que conscientize seus alunos quanto ao valor do estudo privado, orientando quanto ao método de estudo, a matéria que devem estudar, os autores a serem trabalhados, os horários que devem estudar, bem como, o tempo que devem dedicar ao estudo e os exercícios que os alunos devem desenvolver.

Dois exemplos de orientação para os estudantes podem ser encontrados nas “**Regras dos Escolásticos**”. Com relação ao tempo de estudo a Regra n.º 10, orienta o seguinte:

“Ninguém se aplique por mais de duas horas ao trabalho de ler e escrever sem interromper com algum breve intervalo”.

Já a Regra n.º 1, relativa aos Escolásticos, o Ratio orienta os alunos quanto ao método que deve ser seguido para um bom aproveitamento do estudo privado. Prescreve a regra o seguinte:

“Nas horas marcadas para o estudo privado, os que seguem as faculdades superiores, releiam em casa os apontamentos da aula, procurando entendê-los e, uma vez entendidos, formulem a si mesmos as dificuldades, e as resolvam; os que não conseguem apontem para perguntar ou disputar”.

O *Ratio Studiorum* sugere algumas orientações para o estudo privado recolhidas de uma experiência de muitos anos. As indicações são resultados práticos observados nos diversos colégios e caberá ao professor valorizá-las como parte da pedagogia das escolas jesuítas.

A Regra n.º 10 contribui para que o aluno perceba a necessidade de uma autodisciplina com relação à distribuição do seu tempo em casa, procurando dosá-lo de tal forma que ele não se torne seu inimigo e venha a comprometer seus estudos. Orienta a regra que estudar uma quantidade de horas superior a duas horas sem um intervalo para um descanso seria pedagogicamente desaconselhável. Assim, cabe ao professor especialmente nos graus iniciais, orientar o aluno quanto à importância de adquirir o hábito do estudo privado diário, mas com discernimento metodológico, para que não cometa o erro de pecar pelo excesso.

Quanto ao método, as orientações são bem objetivas. O aluno retomará os apontamentos realizados em sala de aula, o que implica reforçar a idéia de que os alunos devam, não só estar atentos às aulas, mas preocupados também em anotarem os conteúdos trabalhados em sala de aula pelos professores. Ao serem retomados os conteúdos no estudo privado, os alunos estarão diante dos conhecimentos assimilados, mas também diante daqueles que não foram devidamente compreendidos, obrigando-os a se depararem com as suas dificuldades e os seus limites. Terão que resolver os exercícios sem o auxílio do professor e, na impossibilidade de resolver as tarefas propostas e de posse das dúvidas, poderão solicitar ao professor o auxílio exato e necessário, critério que será fundamental para a compreensão dos conteúdos subsequentes.

Não é difícil perceber a importância do estudo privado no conjunto mais amplo da pedagogia dos jesuítas. Considerando ser um exercício diário, o aluno além de adquirir uma disciplina própria e uma prática autodidata, ele ainda executa uma tarefa necessária para que possa avançar de maneira consistente na sequência dos conteúdos propostos pelo *Ratio Studiorum*. Por tudo isso, o aluno não poderá abrir mão deste importante método como parte integrante de um todo e que representa uma etapa significativa e fundamental para o processo de assimilação do conteúdo proposto pelo *Ratio Studiorum*.

3.5.6. PRELEÇÃO

Falou-se que os alunos fazem tarefas em sala de aula, participam de disputas, recebem prêmios, etc. Mas como acontecem as aulas? Qual a metodologia utilizada pelo professor em sala de aula? Quanto à aula diária propriamente dita, terá seu início depois que o professor corrigir os exercícios, iniciando o que os jesuítas chamam de *preleção*. Segundo Leonel FRANCA (1952), é o centro de gravidade do sistema didático do *Ratio Studiorum* e outra característica própria da metodologia dos jesuítas, e que se expõe a seguir.

Como o próprio nome indica, a preleção é uma lição antecipada onde caberá ao professor explicar o texto de um autor lido durante o início da aula, procurando resolver as dificuldades do texto quanto ao vocabulário, quanto às metáforas, à gramática, quanto à ordem das palavras e suas conexões. A preleção varia de acordo com o grau em que o estudante está. Com o avançar dos estudos e se aproximando o aluno do último grau das Classes Inferiores, que equivale a Retórica, as questões da gramática vão sendo sucedidas por questões relativas à sintaxe, ao estilo e à arte de composição de um texto. Neste grau, para que o aluno possa ter uma compreensão mais ampla e localizada do autor do texto que se está trabalhando, o professor acrescentará conhecimentos relativos à História, Geografia, Mitologia, Etnologia, Arqueologia e sobre a instituição da antiguidade greco-romana.

A preleção tem uma relevância bastante significativa no processo de aprendizagem dos jesuítas. O aluno que estuda por este método começa por exercitar a memória, mas simultaneamente estará exercitando também a imaginação e a razão. Ao se submeter à preleção desde os primeiros graus dos Cursos Inferiores, já que tem início logo na Gramática Inferior, o aluno desde cedo tem a oportunidade de observar os textos, analisar as palavras, os períodos, os parágrafos e, ao ser submetido aos exercícios dos mais variados, propostos pelo professor, como comparações, críticas, resumos e outros, este mesmo aluno vai adquirindo hábitos corretos de estudo e desenvolvendo processualmente, mesmo que inconscientemente, um desejo por outras investigações e adquirindo critérios que o possibilitará a uma apreciação pessoal e criativa.

O interessante na preleção é que parece um método passivo, em especial nos primeiros graus, mas, diferente do que possa sugerir, vai possibilitando uma aquisição e uma evolução de uma série de habilidades que vão processualmente capacitando o aluno a uma autonomia pedagógica. Os alunos são interrogados e solicitados a participarem e obrigatoriamente vão desenvolvendo nesse processo a arte da expressão. No decorrer da preleção, ao estudarem uma carta, uma descrição ou um discurso de um autor clássico, estão necessariamente fazendo uma análise viva de um modelo clássico de composição e não apenas uma repetição ou cópia.

Ao professor, sua participação no processo é decisiva, pois ocupa um lugar central na preleção. Cabe a ele ler o texto clássico por completo em sala de aula junto com o aluno, para que este possa ir assimilando a estrutura do trabalho presente no texto. Em seguida, o professor expõe o argumento do texto procurando ser sucinto na sua exposição e, na seqüência, inicia uma explicação, parte por parte, esclarecendo os pontos mais obscuros ou os termos desconhecidos do texto.

Em contato diário com este método, duas vezes ao dia, já que a preleção é feita na aula da manhã e da tarde, desde os graus inferiores até a Retórica, os alunos inevitavelmente vão adquirindo um conhecimento que a princípio partirá da imitação dos autores lidos em sala de aula, para uma habilidade que tende a levá-los para uma produção dos seus próprios textos alicerçada no rigor lógico assimilado pela observação constante dos textos clássicos. Portanto, todo trabalho de contemplação e assimilação, desenvolvido pelo professor e acompanhado pelos alunos no dia a dia, dos textos clássicos, culminará com a aquisição de habilidades que os possibilitarão à construção de textos próprios sem perder a capacidade criadora que dará ao seu texto uma originalidade pessoal.

Este é o momento de grande valor da preleção. O contato com grandes obras da literatura clássica, em prosa e em verso, somados os exercícios diários, o estudo privado e as Academias, capacitariam o aluno a elaborar textos de grande qualidade estrutural, mas sem coibir na sua produção, a criatividade e sua imaginação. Em contato com este poderoso instrumental que vai sendo apreendido com rigor e disciplina, processualmente, o aluno vai adquirindo diversas habilidades que, no decorrer dos anos de estudo, vão

contribuindo para um enriquecimento cultural e metodológico e qualificando o estudante a ser um grande pesquisador e portador de um conhecimento apurado que o capacitará nas análises críticas e bem fundamentadas.

Como evidencia FRANCA (1952), pelo fato de exercitar não só a memória, mas também e acima de tudo a criatividade e a imaginação, a preleção deve ser considerada muito mais que uma atividade informativa. Seria mais próprio considerá-la uma *atividade formativa*, já que aluno com certeza não assimilará todo o conteúdo com que teve contato nas diversas preleções desenvolvidas durante toda a sua vida escolar, mas certamente terá adquirido e assimilado um conjunto de habilidades que o acompanhará por toda a sua vida.

Considerando a importância deste método no processo de aprendizagem para as escolas jesuítas, explicita-se a seguir algumas orientações aos professores quanto à forma geral da preleção presente nas **“Regras Comuns aos Professores das Classes Inferiores”**, n.º 27 do *Ratio Studiorum*. A regra diz o seguinte:

“Na Preleção só expliquem os autores antigos, de modo algum os modernos. De grande proveito será que o Professor não fale sem ordem nem preparação, mas exponha o que escreveu refletidamente em casa e leia antes todo livro ou discurso que tem entre mãos. A forma geral da Preleção é a seguinte:

Em primeiro lugar leia seguidamente todo trecho, a menos que, na Retórica ou Humanidade, fosse demasiadamente longo.

Em segundo lugar exponha em poucas palavras o argumento e, onde for mister, a conexão com o que precede.

Em terceiro lugar leia cada período, e, no caso de explicar em latim, esclareça os mais obscuros, ligue um ao outro e explane o pensamento não com metafrase pueril inepta, substituindo uma palavra latina por outra palavra latina, mas declarando o mesmo pensamento com frases mais inteligíveis. Caso explique em vernáculo, conserve quanto possível a ordem de colocação das palavras para que se

habituem os ouvidos ao ritmo. Se o idioma vulgar não o permitir, primeiro traduza quase tudo palavra por palavra, depois, segundo a índole do vernáculo.

Em quarto lugar, retomando o trecho de princípio faça as observações adaptadas a cada classe, a menos que prefira inseri-las na própria explicação. Se julgar que algumas devem ser apontadas – e não convém sejam muitas – poderá ditá-las ou a intervalos durante a explicação, ou, terminada a lição, em separado. É bom que os gramáticos não tomem notas senão mandados.”

Como se observa na Regra acima, as indicações são mais gerais a todos os professores das escolas jesuíticas. No entanto, cabe ressaltar que o *Ratio Studiorum* fornece indicações mais específicas para as preleções referentes a cada classe³⁹.

Fica evidente, pelo exposto, que a participação efetiva do professor e seu envolvimento com esta proposta metodológica são condições essenciais para a execução e para o êxito da preleção. Por isso, os jesuítas dedicaram boa parte do *Ratio Studiorum*, orientando para uma formação integral do professor. Considerando sua relevância no processo educativo e, em especial na preleção, conclui-se este item do capítulo explicitando o processo de formação dos professores proposto pelos jesuítas.

Ao entrar na Companhia, o professor começa por dedicar-se dois anos inteiros à sua formação tendo como objetivo, buscar um equilíbrio entre a Razão e as virtudes cristãs da caridade, da paciência, da renúncia e da piedade, características que serão intensamente exigidas do professor no decorrer do seu trabalho, conforme exposto anteriormente.

Encerrado o período dos dois anos iniciais, consagrado ao aperfeiçoamento moral, o professor dá início à sua formação intelectual. Por mais dois anos, estudará letras clássicas como o latim, o grego e o hebreu.

³⁹ Outros exemplos de Preleção no *Ratio Studiorum* podem ser encontrados:
 Regras do Professor de Humanidades: Regras 05 e 09;
 Regras do Professor da Classe Superior de Gramática: Regras 05 e 09;
 Regras do Professor da Classe Média de Gramática: Regras 06, 08 e 09;
 Regras do Professor da Classe Inferior de Gramática: Regras 06 e 08.

Encerrados os dois anos, o *Ratio Studiorum* prescreve ainda que o professor antes de se dedicar ao magistério, faça por três anos, o curso de Filosofia.

A regra n.º 28 do Provincial deixa claro a necessidade do professor cursar Filosofia para depois se dedicar ao magistério. Diz a regra, o seguinte:

“Não confie a responsabilidade de aulas aos que hão de estudar filosofia e ainda não a estudaram enquanto houver outros que a tenham concluído”.

Para o ensino superior, a formação do professor é ainda mais longa e exigente. Após ter concluído o seu magistério, o professor consagra-se por mais quatro anos ao estudo de Teologia e, em seguida, mais dois anos especializando-se na disciplina que constituirá o objeto do seu ensino universitário.

Após toda essa formação intelectual, a Regra n.º 09 do Reitor ainda prescreve que, ao terminar os estudos de Filosofia, os futuros professores se submetam aos cuidados de um professor experiente para que este os inicie na prática do magistério. Portanto, não basta ao professor a formação acadêmica recebida após tantos anos de instrução. Torna-se necessária a observância prática de um professor que tenha vivido o método pedagógico empiricamente e possa passá-la para os futuros professores.

Portanto, ao iniciar seu magistério, o professor terá uma formação moral e intelectual, resultado de um trabalho teórico e prático que o capacitará a realizar um trabalho sólido e seguro, como convém ao professor das escolas jesuítas.

3.5.7. TEATRO

Finalmente como última indicação metodológica e aparecendo como uma característica bastante peculiar da proposta pedagógica dos jesuítas, tem-se o *teatro*.

Ao lado da instrução que tinha por objetivo desenvolver a inteligência do estudante, bem como contribuir para levá-lo ao conhecimento do Criador e Redentor numa busca maior que era a formação das sólidas virtudes religiosas, o teatro aparece na pedagogia dos jesuítas como uma alternativa na formação e no desenvolvimento de outras habilidades que ajudariam na preparação do jovem estudante na vida escolar, como também fora da escola, já que os alunos eram constantemente exigidos nas participações públicas.

Segundo Serafim LEITE (1938), estudioso da pedagogia jesuítica, o teatro era um exercício habitual onde quer que existisse um colégio da Companhia. Os jesuítas reconheciam nele um grande valor pedagógico, pois entendiam que os alunos estariam fortalecendo a memória, educando a voz, ajudando a apurar a dicção, aprimorando gestos e atitudes e inspirando confiança no enfrentamento das assembléias, como é o caso, por exemplo, das cerimônias de entrega dos prêmios.

Mas em se tratando do teatro nas escolas, os jesuítas tinham os seus cuidados. Entendiam que o teatro poderia trazer alguns riscos em função dos excessos que poderia ocasionar. Conhecidos por desenvolverem uma pedagogia que primava pela disciplina e pela obediência às regras estipuladas pelas escolas, o teatro podia, se não bem conduzido, colocar em risco toda a proposta pedagógica dos colégios. Por isso, ao indicarem o teatro como uma alternativa possível à sua metodologia, sempre o fizeram com muito cuidado e cautela, deixando claro aos superiores que deveriam estar sempre atentos para não permitirem os possíveis excessos. Mas por outro lado, nunca deixaram de reconhecer no teatro um instrumento educativo de grande valor, por isto também, sempre o admitiram e apoiaram. Reproduzindo este paradoxo, é que o teatro foi severamente regulamentado no *Ratio Studiorum*, em “Regras do Reitor”, n.º 13, que diz o seguinte:

“O assunto das tragédias e comédias, que convém sejam raras e só em língua latina, deve ser sagrado e piedoso; nada deve haver nos entreatos que não seja em latim e conveniente; personagens e hábitos femininos são proibidos”.

Há um cuidado muito grande na manutenção do teatro como parte do processo educativo das escolas jesuíticas, no entanto, os jesuítas o mantiveram porque reconheciam nele vantagens que superavam os riscos. Num contexto cultural onde a Razão dirigia as regras e as normas, os jesuítas acreditavam que o teatro, mesmo que em condições restritas, permitiria aos alunos a possibilidade de um desenvolvimento pedagógico e humano mais completo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução do seu livro sobre os jesuítas, SEBE (1982) afirma que quase sempre quando na História se enfoca a Companhia de Jesus, o que acontece é uma opção a priori, pró ou contra os jesuítas. ARANHA (2006) complementa que quando se refere às obras dos jesuítas, é difícil encontrar análises desapaixonadas, visto que, despertam tanto ardorosos defensores como críticos severos.

Considerando estes aspectos e o propósito deste trabalho em analisar o texto pedagógico dos jesuítas, o *Ratio Studiorum*, obra de grande relevância para a História da Educação, é que se procurou inicialmente localizar historicamente o documento, examinando a atuação dos jesuítas dentro do contexto histórico da época em que viveram, respeitando o entendimento que prevalecia no período quinhentista europeu no Ocidente.

Feita esta localização histórica do documento, entende-se ser possível com estas considerações finais, realçar alguns aspectos da pedagogia dos jesuítas que possam ainda contribuir para a pedagogia contemporânea, tanto nos seus métodos quanto nos seus conteúdos.

Inicialmente, destaca-se uma atenção significativa dos jesuítas com relação aos apontamentos propostos e que serão desenvolvidos pelos professores durante as aulas. Os alunos terão como referência teórica textos clássicos de grande qualidade estrutural, elaborados por grandes pensadores da antiguidade clássica. Nomes como Aristóteles, Cícero, Sêneca, Ovídio, Virgílio e tantos outros que contribuirão para um profundo conhecimento da gramática e da retórica e capacitarão os alunos a desenvolverem seus próprios textos com grande qualidade.

Alicerçados neste referencial teórico qualificado, tinham como articuladores, professores versados no grego e no latim e altamente capacitados, já que passavam, como visto anteriormente neste estudo, por um rigoroso processo de formação teórico e prático. Ao professor, caberia não só um profundo domínio do conteúdo, mas também uma sólida formação moral e cristã, pois teria a responsabilidade de desenvolver um trabalho junto aos

alunos de equilíbrio entre as ciências e as virtudes cristãs. Sua contribuição para a formação dos alunos não se restringia a ministrar conhecimentos teóricos programáticos, mas também, ensinar com seu exemplo valores como a paciência, a caridade e a piedade. Fica evidente o lugar relevante do professor e seu valor no processo educativo.

Quanto aos estudantes, os jesuítas eram exigentes com relação às regras e normas estabelecidas e ao respeito aos superiores. Como já visto anteriormente, a obediência, a assiduidade, a disciplina e a dedicação eram virtudes essenciais do estudante jesuíta. No entanto, não são estas características estabelecidas como valores em si. Elas aparecem na proposta pedagógica como parte do processo de aprendizagem e deveriam ser incorporadas racionalmente pelo aluno. Destacou-se no decorrer deste trabalho, o valor da atitude ativa que deveria caracterizar o adepto da proposta jesuíta. Desde os “Exercícios Espirituais”, observou-se que uma das características da Companhia de Jesus é a participação ativa do exercitante. No caso do aluno, é orientado pelos superiores a aprender a partir dos propósitos da pedagogia jesuíta. Cabe lembrar, por exemplo, que o próprio conceito de obediência foi revisto por Inácio a partir das “Constituições”. Não se obedece por obedecer como era comum nas ordens monásticas até então, mas deve se obedecer com o consentimento daquele que obedece. Orienta Inácio, que os superiores deveriam justificar racionalmente suas ordens. As ordens, portanto, seriam aplicadas sempre acompanhadas da prudência e, a obediência, por sua vez, acompanhada do consentimento e da vontade de quem obedece.

Alicerçados nestas características mais gerais, os jesuítas acabaram por desenvolver uma metodologia que caracterizou suas escolas por todo o mundo. Destaca-se, por exemplo, o estudo privado como uma metodologia de fundamental importância nas escolas da Companhia de Jesus. Busca-se com esta proposta, reforçar no aluno a necessidade do estudo diário e obrigá-lo a manter contato periódico com o conteúdo desenvolvido em sala de aula. Estará o aluno diariamente exercitando a capacidade de desenvolver uma autodisciplina e um jeito próprio de estudar e aprender. Sem dúvida, esta metodologia, proposta há tanto tempo pelo *Ratio Studiorum*, continua sendo de extrema relevância para a Educação contemporânea. Diante das mais variadas

atividades e de tantos outros atrativos e informações a que é submetido, o jovem estudante acaba por renegar esta prática em função de outros afazeres, abrindo mão de uma parte fundamental do processo de aquisição do conhecimento significativo. Parece ser um alerta interessante para as instituições de ensino contemporâneas a necessidade da valorização e da orientação aos alunos para que busquem criar hábito do estudo privado, não só como um facilitador do ensino, mas também, para que aprendam a desenvolver um método próprio de estudar, aprendizado que só será possível com a experiência particular e solitária do estudante.

De posse deste conteúdo retomado em casa, terá o estudante a possibilidade de socializá-lo em sala de aula, com as disputas, sendo esta, outra proposta metodológica que caracteriza a educação jesuítica.

Embora, como já destacado anteriormente, tenham sido criticados por estarem incentivando a competição entre os alunos, os jesuítas acreditavam na emulação como sendo um grande incentivo para que o aluno estudasse. Entendiam os jesuítas que o objetivo maior não era a disputa pela disputa. Neste sentido, a presença do professor como mediador tornava-se central para a condução da disputa. Deveria o professor conduzi-la dentro de critérios éticos, direcionando as disputas não como um *fim* em si mesmo, mas como um *meio* eficaz para a obtenção de resultados satisfatórios na busca do conhecimento por parte dos alunos. Nesse caso, a distribuição de prêmios tornava-se um elemento a mais no incentivo ao aprendizado e um auxílio para a condução das disputas.

É interessante lembrar que a emulação e os prêmios aparecem para os jesuítas como um reforço no incentivo à aprendizagem, porque não acreditavam nos castigos físicos.

Neste aspecto, destaca-se que a punição desprezada pelos jesuítas já no século XVI sempre foi e continua sendo motivo de controvérsias na História da Educação. Zanotto (2000) destaca que o controle aversivo, identificado nos primórdios da Educação pelo uso do castigo corporal, ganha características mais sutis nos dias atuais, mas não menos graves quando se trata dos efeitos que gera. Diz a autora que o uso generalizado do controle aversivo gera comportamentos como da “fuga e esquivas”. Alguns exemplos desses comportamentos podem ser identificados quando o aluno fica desatento às

aulas, chega atrasado, falta às aulas, “cola” nas provas e outros. Conclui a autora que contingências aversivas, especialmente as de punição, não são adequadas para o ensino, já que punindo um comportamento indesejado não garantimos a ocorrência do comportamento desejado.

Não se deseja neste trabalho fazer uma análise mais aprofundada da contribuição da psicologia comportamental⁴⁰. O que se quer, no entanto, é apontar que os jesuítas, há muito tempo, alertavam para a inconveniência pedagógica dos castigos físicos para a Educação. Nesse aspecto, parece ser ainda muito oportuno e pertinente recuperar esta polêmica questão levantada pelos jesuítas envolvendo o castigo físico de um lado, e o incentivo do outro. Avaliar a interferência e a eficácia destes instrumentos como parte do processo educativo na atualidade continua sendo, portanto, uma questão de grande relevância para a Educação contemporânea.

Outro método pedagógico que se deseja destacar proposto pelo *Ratio Studiorum* é a preleção. Aparece na pedagogia dos jesuítas como um método processual em que o aluno entra em contato desde a primeira classe até a Retórica. Embora já se tenha destacado sua relevância no desenvolvimento deste trabalho, deseja-se ainda evidenciar alguns aspectos da preleção que são significativos e dignos de destaque. Um trabalho de observação de textos clássicos onde são explicados, por parte do professor, as metáforas, a gramática, a ordem das palavras e seus significados, a sintaxe, o estilo do texto e etc. O aluno, num exercício lógico – racional, vai imitando a estrutura do texto exercitando, especialmente, sua memória. Mas o detalhe é que neste processo contínuo e diário, o estudante começa também a exercitar sua *imaginação* e sua *criatividade*. A partir deste momento, o que parecia ser um método de reprodução de texto, passa a ser de criação, já que o aluno vai adquirindo condições de elaborar um trabalho de pesquisa pessoal que poderá, inclusive, ser desenvolvido nas Academias existentes nas próprias escolas dos jesuítas. Observa-se, no entanto, que antes que o aluno inicie um processo de criação autônomo, há uma preocupação por parte da pedagogia dos jesuítas, em fornecer um conhecimento amplo e de qualidade para que possa produzir com

⁴⁰ Psicologia comportamental é um ramo de atuação dos profissionais da psicologia o qual dá ênfase às interações entre as emoções, pensamentos, comportamento e estados fisiológicos (http://pt.wikipedia.org/wiki/Psicologia_comportamental).

competência seus próprios trabalhos. Considerar uma Educação que leve em conta a criatividade, na visão da pedagogia dos jesuítas, não implica desconsiderar uma formação consistente e de qualidade. Pelo contrário, entende-se que o aluno só terá condição de produzir com qualidade e competência, se tiver como referência as obras clássicas dos grandes autores da literatura. Não deixa de ser, este também, um alerta para a Educação contemporânea. Num período caracterizado pela quantidade de informações que os alunos recebem, existe o risco de se desconsiderar o valor do conhecimento significativo. Entendemos que um dos caminhos que pode contribuir para que o aluno consiga discernir sobre o que é relevante para sua formação, passa por uma Educação sólida e profunda, capacitando o estudante a refletir criticamente sobre a relevância do conhecimento que recebe, tanto no que diz respeito ao seu crescimento cognitivo, como também em relação a seu posicionamento político e social.

Finalmente, um último aspecto metodológico a ser destacado na pedagogia dos jesuítas é o teatro. Entendiam os jesuítas que o teatro seria um auxílio importante para promover uma formação mais ampla e integral do estudante, já que contribuiria para desenvolver habilidades que de outra forma não seriam possíveis. O desenvolvimento da voz, dos gestos, da dicção, da arte de representar, seriam motivos suficientes para o investimento nesta proposta metodológica valendo, portanto, correr os riscos de possíveis inconvenientes. Uma aposta que os jesuítas assumiram e que deve ser entendida dentro de uma perspectiva mais ampla, já que o teatro contribuirá para que os alunos exercitem os conhecimentos recebidos na preleção. Nas aulas, por sua vez, durante a preleção, o aluno estará também, se beneficiando do aprendizado recebido com as representações teatrais, já que estará participando das disputas, das entregas de prêmios etc. Certamente os jesuítas observaram a grande relevância do teatro e sua contribuição no desenvolvimento geral do aluno, tanto no aspecto cognitivo como também artístico e corporal. Também nossa herança cultural, desde o pensamento clássico grego, passando pelo pensamento moderno, é marcada pela valorização de um conhecimento construído tendo por base a Razão. Considerar o teatro como um aspecto relevante do processo educativo aparece como outro elemento relevante para uma Educação que deseja considerar a

formação integral dos seus estudantes. Os jesuítas, na defesa do teatro como parte da sua pedagogia, já haviam observado seu valor.

Conclui-se, portanto, este estudo, reforçando que ao se resgatar um documento de 411 anos não se pode fazê-lo sem antes considerá-lo dentro do seu contexto histórico; caso contrário, corre-se um sério risco de se cometer um preconceito anacrônico comum nos casos quando se enxerga com valores contemporâneos. De posse deste cuidado, é possível aprender e refletir com a ajuda de uma proposta pedagógica que, por tantos anos, fundamentou a Educação por todo o planeta.

Hugo ASSMANN (1998) no seu livro *“Reencantar a Educação”*, afirma que, num mundo marcado pela exclusão e pela ausência de políticas econômicas sociais voltadas para salvar vidas humanas, a Educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social para reorientar a humanidade. Alerta, porém, que certas formas de hiperpolitização do debate educacional levaram a secundarizar a preocupação com a melhoria pedagógica enquanto tal.

Espera-se que este trabalho possa contribuir não só para uma reflexão sobre a Educação contemporânea, mas também, num mundo marcado pela informação de massa, para o resgate de uma escola que privilegie o conhecimento, resultante da qualidade do seu conteúdo e da valorização na formação de seus educadores e educandos. Só assim, se alcançará uma Educação de qualidade, sólida e crítica, que possibilite ao estudante conhecer e refletir sobre sua realidade, contribuindo para transformá-la num mundo melhor.

Bibliografia:

ARANHA, M. L de A. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3.^a ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

ASSMANN, H. **Reencantar a Educação. Rumo à sociedade aprendente**. 2.^a ed. Petrópolis: 1998.

ASSUNÇÃO, P. de; PAIVA, J. M. de; BITTAR M. **Educação, História e Cultura no Brasil Colônia**. ASSUNÇÃO, P. de; PAIVA, J. M. de; BITTAR M. (orgs). São Paulo: Arké, 2007.

AZZI, R. **História da Teologia na América-Latina**. São Paulo: Editora Paulinas, 1981, V.V.A.A., capítulo II, Teologia no Brasil.

BOEHNER, P.; GILSON, E. **História da Filosofia Cristã. Desde as Origens até Nicolau de Cusa**. Tradução de Raimundo Vier. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARR, E. H. **Que é História?** Tradução de Lúcia Maurício de Alverga. 4.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CROCE, B. **A História Pensamento e Ação**. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1962.

DELUMEAU, J. **A Civilização do Renascimento**. Tradução de Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994. v. I.

_____. **Nascimento e afirmação da Reforma**. Tradução de João Pedro Mendes. São Paulo: Pioneira, 1989.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, Coleção “Os Pensadores”.

DUBY, G. **A Europa na Idade Média**. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

DUSSEL, E. **Caminhos de Libertação Latino-Americana. Reflexões para uma teologia da libertação**. São Paulo: Editora Paulinas, 1985, Tomo IV.

EISENBERG, José. **As Missões Jesuíticas e o Pensamento Político Moderno**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

EQUIPE DE ITAICI. **Os jesuítas**. São Paulo: Edições Loyola, 1978.

FEBVRE, L. **Combates por la Historia**. Traducción castellana de Francisco J. Fernández Buey y Enrique Argullol. 2ª. ed. Barcelona: Ariel, 1971.

FRANCA, L. **O método pedagógico dos jesuítas - Introdução e Tradução**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO JR., H. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. SP: Ed. Brasiliense, 1999.

GADOTTI, M. **Uma só escola para todos**. 2.^a ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **Educação e Poder, Introdução à pedagogia do conflito**. 7.^a ed. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

GILSON, E. **A Filosofia na Idade Média**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Tradução de Waltersir Dutra. 21.^a ed. Rio de Janeiro: 1986.

LE GOFF, J. **A Civilização do Ocidente Medieval**. Tradução de Manuel Ruas. 2.^a ed. Lisboa: Estampa, 1995. v. I.

_____. **A bolsa e a Vida: A usura na Idade Média**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

_____. **Tempo della Chiesa e tempo del mercante**. Torino: Giulio Einaudi, 1977

_____. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1966.

_____. **Mercadores e Banqueiros da Idade Média**. Tradução de Orlando Cardoso. Lisboa: Gradiva.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1943. Tomo I, II e IV.

LIBÂNIO, J. B. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Ed. Loyola, 1984.

LOWY, M. **Método Dialético e Teoria Política**. R.J.: Ed. Paz e Terra, 1978.

MANNHEIM, K. **Ideologia e Utopia**: 1952, pg. 13.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983 – Coleção Os Pensadores.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Grijalbo, 1977.

MILLER, R.F. **Os jesuítas e o segredo de seu poder**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.

NIETZSCHE, F. **Para além de bem e mal**. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, Coleção “Os Pensadores”.

PAIVA, J. M. de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

_____. **Raízes da Educação Brasileira**. Comunicações. Ano 11 n.º 01, junho de 2004, pg. 45-57.

_____. **O método pedagógico jesuítico. Uma análise do *Ratio Studiorum***. Viçosa: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Viçosa, 1981.

_____. **Como ler a História da Educação Colonial**. (mimeo), [s.d.].

PAZZINATO, Alceu Luiz; SENISE, Maria Helena. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Editora Ática, 1997.

REALE, G.; ANTISERI, D. **HISTÓRIA DA FILOSOFIA – Do Romantismo até nossos dias**. Tradução de Álvaro Cunha. São Paulo: Paulinas, 1991, v. III.

_____. **HISTÓRIA DA FILOSOFIA – Antigüidade e Idade Média**. 2.^a ed. São Paulo: Paulinas, 1990, v. I.

_____. **HISTÓRIA DA FILOSOFIA – Do Humanismo até Kant**. São Paulo: Paulinas, 1990, v. II.

ROSA, Henrique. **Os jesuítas: De sua origem aos nossos dias**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1954.

SCHAFF, A. **História e Verdade**. Tradução de Maria Paula Duarte. 3.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

SEBE, José Carlos. **Os jesuítas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

SEVCENKO, N. **O Renascimento**. 6.^a ed. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1988.

VEYNE, P. **Como se escreve a história**. 2.^a ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

WOORTMANN, K. **Religião e Ciência no Renascimento**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

ZANOTTO, M. de L. B. **Formação de Professores**. São Paulo: Educ, 2000.